



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)**  
**CAMPUS DE PORTO NACIONAL**  
**BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**JULIANO SANTOS PEREZ**

**PRODUÇÃO DE SOJA TOCANTINENSE:  
ANÁLISE DE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E OS DESTINOS DE SUAS  
EXPORTAÇÕES ENTRE 1988 E 2020**

**PORTO NACIONAL – TO**

**2021**

JULIANO SANTOS PEREZ

PRODUÇÃO DE SOJA TOCANTINENSE:  
ANÁLISE DE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E OS DESTINOS DE SUAS  
EXPORTAÇÕES ENTRE 1988 E 2020

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins - Campus Universitário de Porto Nacional para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do prof. Dr. Fernando Furquim de Camargo.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Furquim de Camargo

PORTO NACIONAL – TO

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

P438p Perez, Juliano Santos.

Produção de soja tocaninense: análise de sua trajetória histórica e os destinos de suas exportações entre 1988 e 2020. / Juliano Santos Perez. – Porto Nacional, TO, 2021.

75 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2021.

Orientador: Fernando Furquim de Camargo

1. Agronegócio. 2. Balança Comercial. 3. Cadeia Produtiva. 4. Soja. I. Título

**CDD 320**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

JULIANO SANTOS PEREZ

PRODUÇÃO DE SOJA TOCANTINENSE:  
ANÁLISE DE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E OS DESTINOS DE SUAS  
EXPORTAÇÕES ENTRE 1988 E 2020

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, curso de Relações Internacionais, foi avaliado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 29/07/2021.

Banca examinadora:

---

Professor Dr. Fernando Furquim de Camargo – Universidade Federal do Tocantins  
(Orientador)

---

Professora Dra. Gleys Ially Ramos dos Santos – Universidade Federal do Tocantins  
(Examinador)

---

Professor Dr. Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda – Universidade Federal do Tocantins  
(Examinador)

Porto Nacional, 2021.

*Dedico esta obra a minha família, amigos e a Universidade  
Federal do Tocantins.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a deus pelo dom da vida, por guiar meus sonhos e meu caminho.

Agradeço imensamente ao meu pai Claudinei por ser paciente, me inspirar, acreditar em mim e ter me ajudado ao longo de todo o processo da graduação e ao longo da vida, meus mais sinceros agradecimentos!!!

Agradeço imensamente a minha mãe Rubia, por sempre ter me apoiado em minhas decisões, por ter sido forte nos momentos da saudade em que estive ausente, por sempre me receber da melhor forma possível, pela parceria e por todo amor compartilhado. Meus mais sinceros agradecimentos!!!

Agradeço imensamente a Universidade Federal do Tocantins por todos ensinamentos, acolhimento e por ter sido minha segunda casa ao longo de todo o período de graduação, meus mais sinceros agradecimentos!!!

Agradeço imensamente o meu professor orientador Prof. Dr. Fernando Furquim que foi de fundamental importância ao longo de todo o processo de elaboração deste trabalho, que sempre buscou direcionar o melhor caminho a ser seguido e indicar as correções necessárias a serem feitas, agradeço-o também a todo o conhecimento adquirido em suas aulas de Economia Política Internacional e demais disciplinas, meus mais sinceros agradecimentos!!!

Agradeço também a todos os professores do curso de bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins por todos os ensinamentos e experiências adquiridas ao longo do período de graduação, cada aula foi marcante e de grande aprendizado e relevância para mim e para minha carreira, meus mais sinceros agradecimentos!!!

Agradeço imensamente também a todos os amigos adquiridos ao longo da trajetória de graduação, tanto os amigos feitos dentro da Universidade Federal do Tocantins, quanto os amigos feitos na cidade de Porto Nacional - TO e Palmas - TO, meus mais sinceros agradecimentos por toda amizade e pelos momentos vividos e compartilhados!!!

“Para fazer uma boa colheita é preciso capinar muito.”

Ezequiel Redin.

## RESUMO

A soja está entre as principais commodities agrícolas negociadas no mundo, o Brasil destaca-se neste mercado por conta da expressiva quantidade que exporta para o mercado internacional. Para dar conta de suprir a demanda nacional e internacional existente, o país precisa separar sua produção agrícola por estados, priorizando os estados menos povoados e com maior disponibilidade de terras para produzirem a soja voltada à exportação, como é o caso do estado do Tocantins, que dedica boa parte de seu território para a produção e exportação desta *commodity*. Este trabalho dedica-se em apresentar a trajetória da produção de soja do estado do Tocantins, com o objetivo principal de identificar os países de destino das exportações. Para tal realização serão analisados dados de exportação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) além de explorar obras literárias de outros autores de grande relevância ao tema.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Balança Comercial. Cadeia Produtiva. Soja. Tocantins.

## **ABSTRACT**

Soybean is among the main agricultural commodities traded in the world, Brazil stands out in this market due to the expressive quantity that it exports to the international market. In order to meet the existing national and international demand, the country needs to separate its agricultural production by states, giving priority to the least populated states and with the greatest availability of land to produce for export-oriented soy, as is the case of the state of Tocantins, which dedicates a good part of its territory to the production and export of this commodity. This work is dedicated to presenting the trajectory of soybean production in the state of Tocantins, with the main objective of identifying the export destination countries. For this purpose, export data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and data from the Ministry of Industry, Foreign Trade and Services (MDIC) will be analyzed, in addition to exploring literary works by others authors of great relevance to the theme.

**Keywords:** Agribusiness. Trade balance. Productive chain. Soy. Tocantins

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Brasil – Composição do Comércio de Mercadorias (1975-2012).....	19
Figura 2- Cadeia Produtiva de Grãos (soja e milho) do Estado do Tocantins.....	46
Figura 3- Malha rodoviária do Tocantins e suas respectivas jurisdições.....	51
Gráfico 1- Exportações do estado do Tocantins de 1992 – 2003.....	28
Gráfico 2- Exportações do estado do Tocantins de 2004 a 2010.....	39
Gráfico 3- Exportações do estado do Tocantins de 2011 a 2017.....	55
Gráfico 4- Exportações do estado do Tocantins de 2018 a 2020.....	64

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Representatividade da Soja no Montante Total das Exportações Tocantinenses 1994 – 2003.....	29
Tabela 2- Exportações de soja do estado do Tocantins por municípios 1997, 1998, 2001, 2002 e 2003 – Em Valor FOB (US\$) e Toneladas (t).....	30
Tabela 3- Participação dos municípios tocantinenses no montante total das exportações de soja do Estado do Tocantins 1994 – 2003.....	30
Tabela 4- Destino das Exportações de Soja do Estado do Tocantins 1997-2003.....	32
Tabela 5- Representatividade da Soja no Montante Total das Exportações Tocantinenses 2004 – 2010.....	40
Tabela 6- Exportações de soja do estado do Tocantins por municípios 2004 – 2010.....	41
Tabela 7- Participação dos municípios tocantinenses no montante total das exportações de soja do Estado do Tocantins 2004 – 2010.....	42
Tabela 8- Escoamento da produção de soja por portos 2004 – 2010.....	42
Tabela 9- Destino das Exportações de Soja do Estado do Tocantins 2004 – 2010.....	44
Tabela 10- Representatividade da Soja no Montante Total das Exportações Tocantinenses 2011 – 2017.....	55
Tabela 11- Exportações de soja do estado do Tocantins por municípios entre os anos de 2011 – 2017.....	57
Tabela 12- Participação dos municípios tocantinenses no montante total das exportações de soja do Estado do Tocantins 2011 – 2017.....	59
Tabela 13- Escoamento da produção de soja por portos entre os anos 2011 – 2017.....	60
Tabela 14- Destino das Exportações de Soja do Estado do Tocantins nos anos de 2011 – 2017.....	61
Tabela 15- Representatividade da Soja no Montante Total das Exportações Tocantinenses 2018 – 2020.....	64
Tabela 16- Exportações de soja do estado do Tocantins por municípios 2018 – 2020.....	65
Tabela 17- Participação dos municípios tocantinenses no montante total das exportações de soja do Estado do Tocantins 2018 – 2020.....	66
Tabela 18- Escoamento da produção de soja por portos 2018 – 2020.....	67
Tabela 19- Destino das Exportações de Soja do Estado do Tocantins 2018 – 2020.....	68

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI	Complexo Agroindustrial Brasileiro
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIETO	Federação das Indústrias do Estado do Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDRIS	Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável
PELT	Plano Estadual de Logística de Transporte de Cargas
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS E OS SEUS PRIMEIROS PASSOS RUMO ÀS EXPORTAÇÕES DE SOJA.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Agronegócio brasileiro no período anterior à criação do estado do Tocantins .....</b>	<b>20</b>
2.1.1 O Antigo Norte Goiano e a Criação do Estado do Tocantins.....	25
2.1.2 O início das Exportações Tocantinenses (1992 - 2003) .....	27
<b>3 CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA EXPORTADORA DO ESTADO (2004 - 2010)...</b>	<b>35</b>
<b>3.1 O agronegócio como pauta de política externa.....</b>	<b>35</b>
3.1.1 Dados de Exportação de Soja do Estado do Tocantins (2004-2010) .....	39
<b>4 O GRANDE AVANÇO DAS EXPORTAÇÕES TOCANTINENSES (2011-2020) .....</b>	<b>46</b>
<b>4.1 Estrutura da cadeia produtiva de soja do estado do Tocantins .....</b>	<b>46</b>
4.2 Exportação de soja do estado do Tocantins (2011-2017).....	54
4.3 Exportação de soja do estado do Tocantins (2018-2020).....	63
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil posiciona-se no mercado internacional como grande exportador de produtos agrícolas. No que diz a respeito da exportação de soja, o país encontra-se entre as três primeiras posições no ranking mundial, concorrendo diretamente com os Estados Unidos e a Argentina (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2021). Esse fato se dá devido à grande importância da produção agrícola para a economia brasileira, que ao longo do tempo vem sendo aprimorada e estruturada, viabilizando de maneira eficiente a produção e comercialização dos produtos agrícolas no mercado internacional.

Neste cenário encontra-se o estado do Tocantins, que tem integrado a cadeia produtiva agrícola, especialmente através da produção da soja, que faz parte da lista dos produtos que compõem a área de maior eficiência da produção brasileira no comércio internacional.

Desta maneira, o interesse em desenvolver um estudo voltado ao agronegócio tocantinense, em especial, a soja, se deu devido à participação no programa de estágio Rota Global, que atua em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO). Durante essa participação constatou-se que existia uma carência de estudos sobre o respectivo tema, uma vez que, após realizar diversas buscas foi possível verificar que não havia informações suficientes disponíveis sobre a cadeia produtiva da soja no estado do Tocantins, nem tão pouco a respeito da sua trajetória econômica e dos principais países de destino das exportações tocantinense.

Para conseguir traçar toda a trajetória histórica e econômica do estado do Tocantins foi necessário analisar obras literárias de autores que abordavam outras temáticas que vão além do estado do Tocantins, como por exemplo: a divisão internacional do trabalho, a teoria das vantagens comparativas, a história brasileira e o antigo norte goiano, que em conjunto abordam o aspecto qualitativo do trabalho e contextualizam o cenário em que o estado do Tocantins está inserido.

Por se tratar de um trabalho que busca identificar os países de destino das exportações, foi necessário analisar dados de exportação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Essa análise foi necessária uma vez que os dados das exportações dos primeiros anos de criação do estado do Tocantins (1988 a 1996) estavam a cargo do IBGE e após o ano de 1997 a atribuição passou a ser do MDIC e os dados passaram a encontrar-se disponíveis na plataforma Comex Stat.

Para nortear o desenvolvimento do estudo, buscou-se responder a seguinte pergunta de partida: Quais os principais países de destino das exportações de soja tocantinense? A partir

de tal questionamento utilizou-se como metodologia o método dedutivo, que “de acordo com o entendimento clássico, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular” (PRODANOV, 2013. Pág. 27). Neste trabalho, será abordado o conhecimento geral a partir do entendimento do comércio internacional do ponto de vista da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e da teoria das vantagens comparativas do autor David Ricardo, pois a partir desta linha de conhecimento, consegue-se entender como está organizada a dinâmica produtiva mundial e os motivos que levam os países a se especializarem em produzir em apenas alguns setores específicos de suas economias, como é o caso do Brasil que se especializa na produção e comercialização de produtos agrícolas para o mercado internacional. Pelo fato de o trabalho percorrer parte da trajetória agrícola brasileira e tocantinense, juntamente com a análise de dados de exportação, utilizou-se da fusão dos métodos qualitativos e quantitativos.

Para uma boa compreensão, o estudo foi estruturado em três capítulos, divididos por períodos cronológicos que representam as três fases vividas pelo estado do Tocantins, sendo a primeira fase, o período anterior à criação do estado do Tocantins e seu contexto de criação (1950-2003), a segunda, o seu período de consolidação da cultura exportadora de soja (2004-2010), e a última, o período de avanço das exportações de soja do estado (2011-2020).

O primeiro capítulo aborda a divisão internacional do trabalho e a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, aplicadas à balança comercial brasileira, aos principais avanços ocorridos na agricultura brasileira a partir da década de 1950, ao contexto regional histórico vivido na região, de onde se formou o estado do Tocantins e os primeiros dados de exportação de soja do estado do Tocantins referentes aos anos de 1989 a 2003.

O segundo capítulo apresenta as características do mercado internacional da soja no início da década dos anos 2000, a relação entre o governo brasileiro e o agronegócio, as políticas públicas, que de alguma forma beneficiaram as exportações da soja tocantinense e os dados de exportação referentes aos anos de 2004 a 2010.

O terceiro capítulo objetiva-se em apresentar a cadeia produtiva de soja do estado do Tocantins, atualizar os acontecimentos do mercado internacional da soja, do setor agrícola brasileiro, das políticas públicas voltadas ao agronegócio e apresentar os dados de exportação da soja tocantinense referentes aos anos de 2011 a 2020.

Por fim, são apresentadas as considerações finais que apresentam os principais municípios produtores de soja do estado, as rotas que percorrem a soja tocantinense, os portos mais utilizados para fazer o escoamento da produção, os principais países de destino das exportações, a média percentual de participação da soja no montante total das exportações do

estado e as principais políticas públicas, que de alguma forma contribuíram ao desenvolvimento da produção de soja no estado do Tocantins até o ano de 2020.

## **2 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS E OS SEUS PRIMEIROS PASSOS RUMO ÀS EXPORTAÇÕES DE SOJA**

Entender como funciona o mecanismo de produção e de comercialização da soja a nível internacional exige compreender como ocorre às relações comerciais entre os países no sistema internacional e como está estruturada a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) vigente no atual cenário internacional. A este respeito Ramos; Waber (2017) colocam que:

O entendimento do conceito ricardiano de divisão internacional do trabalho remete à noção das funções produtivas desempenhadas por cada país diante do cenário econômico internacional. É, de sobremodo, a primazia da potencialização das “vantagens” – sejam elas naturais (clima, solo) ou artificiais (infra-estrutura, tecnologia, capital) – possíveis de cada Estado nação de modo a beneficiar o conjunto das nações com a produção com os menores custos. Trata-se, portanto, de uma divisão social do trabalho em larga escala, atribuindo especificidades às nações de acordo com o conjunto dos interesses internacionais mobilizados nas atividades produtivo-industriais e centradas no trabalho (RAMOS; WABER, 2017, p. 8).

Ao analisar do ponto de vista histórico, percebe-se que ocorreram alterações na Divisão Internacional do Trabalho, em primeiro momento, se tinha a Velha Divisão Internacional do Trabalho, em que a sociedade se dividia em dois grupos distintos de países sendo eles: às metrópoles (detentoras de capitais, meios produtivos e embarcações) e as colônias (detentoras de mão de obra, recursos naturais e alimentos), com o passar do tempo, os termos metrópole e colônia ficaram defasados e foram substituídos por “Desenvolvidos” e “Subdesenvolvidos”, de modo que as antigas metrópoles ainda continuariam obtendo vantagens econômicas sobre as ex-colônias.

Na segunda metade do século XX, iniciou-se a chamada Nova Divisão Internacional do Trabalho, e ela se diferenciou da primeira por apresentar três grupos de países, sendo eles: Desenvolvidos (detentores de capitais, tecnologias e indústrias de pontas), Subdesenvolvidos (detentores de mão de obras, recursos naturais e alimentos) e dentro do grupo dos Subdesenvolvidos surgiram o grupo dos Emergentes (países que conseguiram se industrializar parcialmente possuem mercado consumidor expressivo, mão de obra abundante e legislação ambiental flexível) e que por mais esforços que façam continuam pertencendo à periferia do sistema, como é o caso da economia brasileira (BAGLI, 2020).

A trajetória da formação econômica brasileira esteve atrelada desde a chegada portuguesa a um caráter agroexportador, que passou por diversos ciclos de produtos que foram variando com o passar do tempo. Essa trajetória agrícola se compatibiliza com os elementos teóricos abordados por David Ricardo, pois de acordo com a teoria das vantagens

comparativas<sup>1,2</sup>, os países já possuem sua posição econômica pré-estabelecida no cenário internacional por conta dos grandes fatos históricos e buscam de acordo com as suas condições econômicas, geográficas e políticas se especializarem em produzir nos setores econômicos em que conseguem obter maior eficiência no mercado internacional. A troca internacional, seguindo esta lógica, é diretamente, conforme a expressão de Ohlin, “uma troca de fatores abundantes por fatores escassos” (BADO, 2004. p. 7). Desta forma, os países conseguem atingir superávits coletivos em suas balanças comerciais, através da eficiência que a produção especializada produz no sistema de livre comércio. No caso da economia brasileira, ao longo de sua trajetória histórica, a agricultura sempre se mostrou uma área de eficiência brasileira no cenário internacional.<sup>3</sup>

Ao analisar a balança comercial brasileira a partir do ano de 1975, fica evidente a importância dos produtos básicos para a economia brasileira, conforme pode-se verificar na Figura 1.

---

<sup>1</sup>O conceito de vantagem comparativa foi criado pelo economista inglês D. Ricardo no início do século XIX com o objetivo de demonstrar que a vocação da Inglaterra era a especialização naquilo que melhor sabia produzir. Assim, teria comparativamente custos de produção menores, e compraria no mercado internacional aquilo que custasse mais caro produzir internamente. (BADO, 2004. Pág. 5)

<sup>2</sup>Para melhor ilustrar o conceito, o autor citou como exemplo o caso das negociações de vinhos e tecidos entre Portugal e Inglaterra. “Nesta ilustração, Portugal necessitava de menos horas de trabalho-homem para produzir vinhos e tecidos do que a Inglaterra. Mas em Portugal, o custo de oportunidade para abrir mão da produção de uma unidade de vinho, a fim de produzir tecidos era maior do que especializar-se na produção de vinho e comprar os tecidos da Inglaterra. Na Inglaterra, o mesmo raciocínio funcionava de maneira simétrica: abrir mão de uma unidade produtiva de tecidos era menos eficiente que especializar-se na produção de tecidos e comprar o vinho de Portugal. Assim o comércio internacional sob condições de Livre concorrência fariam ambos os países especializarem-se na produção dos bens em que tinham maiores vantagens comparativas, e aumentaria o potencial de acumulação em ambos.”(BADO, 2004. Págs. 10 e 11)

<sup>3</sup> O tema e a literatura sobre o tema são amplos demais para ser abordado em um Trabalho de Conclusão de Curso. Para uma visão mais ampla e histórica, recomenda-se a literatura das seguintes obras para um maior aprofundamento: PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1996: FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 32ª, Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

Figura 1- Brasil – Composição do Comércio de Mercadorias (1975-2012)

<b>Exportações</b>					
	<b>Produtos básicos</b>	<b>Manufaturados</b>	<b>Semimanufaturados</b>		
1975	58,0%	29,8%	9,8%		
1980	42,2%	44,8%	11,7%		
1990	27,8%	54,2%	16,3%		
2000	22,8%	59,1%	15,4%		
2010	44,6%	39,4%	14,0%		
2012	46,8%	37,4%	13,6%		

<b>Importações</b>					
	<b>Bens de consumo duráveis</b>	<b>Bens de consumo não duráveis</b>	<b>Bens intermediários</b>	<b>Bens de capital</b>	<b>Combustíveis</b>
1975	1,3%	3,0%	50,1%	21,7%	23,7%
1980	0,4%	3,0%	42,2%	11,4%	43,0%
1990	1,2%	7,7%	52,7%	14,1%	24,2%
2000	3,4%	7,4%	58,2%	17,3%	13,7%
2010	6,5%	7,3%	55,5%	16,4%	14,3%
2012	6,2%	8,2%	53,3%	15,9%	16,5%

Fonte: Secex/ MDIC apud BAUMANN; GONÇALVES (2015)

Ao analisar a figura 1, verifica-se que o Brasil, em sua grande maioria, exporta produtos básicos, com exceção dos anos de 1990 a 2000 períodos em que o Brasil exportou em maior quantidade produtos manufaturados, após este período de exceção, o país voltou a ter como carro chefe de suas exportações os produtos básicos. Verifica-se também, que o país importa em grande quantidade bens intermediários. Este fato ocorre por conta da perpetuação do posicionamento brasileiro no mercado internacional de exportar produtos primários e importar produtos intermediários, que exigem maior capacidade tecnológica em sua produção.

O Brasil se manteve nesta posição, por conta que no país o custo de oportunidade para abrir mão da produção de produtos básicos, para produzir bens que exigem maior capacidade tecnológica é maior do que especializar-se na produção de produtos básicos e comprar produtos tecnológicos de outros países no mercado internacional, o que confirma o setor de

produtos básicos como a área de maior eficiência e especialização brasileira no comércio internacional. (BADOO, 2004)

Segundo Bueno (2021), os produtos básicos são compostos por: soja, café, milho, frutas, algodão, carne de frango, dentre outros, sendo que no ano de 2019, os produtos básicos representaram 52,8% das exportações brasileiras, com a soja liderando o topo da lista de produtos básicos mais exportados.

Mello (2019) atribui o sucesso da soja no mercado internacional as diversas finalidades.

O sucesso da soja no mercado internacional se deve em grande parte à diversidade de usos que a mesma possui. A partir do esmagamento do grão se obtém dois tipos de produtos, o farelo e o óleo bruto. O farelo de soja é usado como complemento alimentar principalmente para arraçoamento animal. O óleo bruto passa por um processo de degomagem e após este processo passa a existir o óleo degomado que, depois de passar por um processo de neutralização e branqueamento se transformará em óleo branqueado. Logo, através do processo de refino do óleo branqueado surgiram o óleo refinado, margarinas, gorduras, dentre outros (MELLO, 2019, p. 21).

O Brasil possui diversas características que favorece a produção da soja, tais como: vastas áreas de terras, solo considerado fértil, incentivos governamentais, avanços tecnológicos na área dos transgênicos, dentre outras características que permitem ter eficiência nesta área capaz de fazê-lo competir com os maiores produtores mundiais de soja (BAGLI, 2020).

## **2.1 Agronegócio brasileiro no período anterior à criação do estado do Tocantins**

Para compreender o contexto do agronegócio tocantinense se faz necessário compreender o processo histórico vivido pelo Brasil no período anterior a criações do estado do Tocantins, mais especificamente entre as décadas de 1950 a 1980, pois nesse período, o país iniciou o desenvolvimento de políticas públicas de ocupação da região Centro Oeste, fato este, que trouxe benefícios à região, onde hoje é o estado do Tocantins, pois mais tarde o estado herdou parte da infraestrutura criada pelo Governo Federal durante este período, conforme afirma Feitosa (2019):

O grande divisor de águas entre o processo de ocupação rarefeito e a moderna incorporação do Tocantins à dinâmica produtiva nacional ocorreu na segunda metade da década de 1950, com o Plano de Metas (1956-1961), cujo ápice foi a

construção de Brasília e os vultosos investimentos federais em eletrificação, telecomunicações e estradas de rodagem que ligaram Goiás e Tocantins às diversas regiões brasileiras, ampliando a fronteira agrícola nacional e facilitando a integração intra e inter-regional do estado. Ainda que estas medidas beneficiassem sobremaneira o centro-sul goiano, em detrimento do norte, a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153), cortando o estado de Goiás no sentido longitudinal, em direção ao Pará, modificaria a configuração econômica e retiraria a região do Tocantins do isolamento em que se encontrava, convertendo-a em área de expansão da fronteira agrícola (FEITOSA, 2019, p. 158).

O objetivo da construção da BR-153 era integrar o Meio-Norte ao Centro-Sul do Brasil, tornando-a a principal via de escoamento da produção e acesso aos estados do Tocantins e Goiás (CERQUEIRA, 2016, p. 13-14). Antes da construção da BR-153, a população que habitava a região, que hoje é o estado do Tocantins, utilizava apenas o rio como meio de transporte, conforme Cerqueira (2016) afirma:

Até a construção da BR-153, a maioria das cidades que integravam o antigo norte goiano, hoje Tocantins, se concentrava às margens do rio Tocantins, que até meados do século XIX, representava uma importante hidrovia ligando a capital Belém (PA) à cidade de Porto Nacional (GO) (CERQUEIRA, 2016, p. 14).<sup>4</sup>

Segundo Feitosa (2019, p. 156) “Somente após a construção da rodovia Belém-Brasília, o Tocantins tornou-se área de expansão de fronteira agropecuária, alinhando-se ao processo de modernização da agricultura brasileira”, a partir de então, o estado passou a possuir infraestrutura rodoviária para realizar o escoamento da produção que ali seria exercida.

Antigamente, mais especificamente em meados da década de 70, o Tocantins não era reconhecido como uma potência agrícola, e isso acontecia devido seu bioma regional, que é formado pelo cerrado. A este respeito, Cerqueira (2016), afirma que:

O Cerrado era visto até a década de 70 como uma região que “não possuía potencial” para a produção agrícola em larga escala, mas os avanços tecnológicos e os incentivos político-econômicos somados a sua localização e as condições físico-climáticas fizeram dele uma das maiores áreas do agronegócio (CERQUEIRA, 2016, p. 16).

Isso só foi possível por conta de políticas públicas adotadas por parte do Governo Federal nesse período importante do desenvolvimento da agricultura brasileira. Assim, Guitarrara (2019) destaca a atuação do governo federal em prol do desenvolvimento da região Centro-Oeste.

---

<sup>4</sup>Na citação o autor Cerqueira (2016) refere-se a Porto Nacional (GO) por conta de referir-se ao período anterior a criação do estado do Tocantins, atualmente Porto Nacional pertence ao Estado do Tocantins TO.

É nas décadas de 1960 e 1970 que o papel do Estado como planejador se fortalece, e há a multiplicação de políticas públicas voltadas para a ocupação das áreas com potencial produtivo agrícola nos Cerrados, áreas estas que são tidas como parcelas de terra “vazias” prontas para receberem os fluxos migratórios que a ela serão destinados (GUITARRARA, 2017, p. 6-7).

Dentre as políticas públicas adotadas na época, destaca-se a ampliação do Complexo Agroindustrial Brasileiro (CAI), que Muller (1986) apud Silva (1998) afirma ser o marco do novo padrão agrícola brasileiro.

A partir de 1964, no período de “industrialização expandida”, dois fatores importantes impactam a estrutura produtiva do CAI brasileiro: a diversificação das exportações (industriais e agroindustriais) e a substituição localizada de importações de matérias-primas estratégicas (petróleo, matérias-primas para fabricação de papel e outras). Esse impacto produziu efeitos diretos no CAI, tanto do lado da expansão das agroindústrias processadoras como da internalização da produção de parte considerável dos fertilizantes, herbicidas, fungicidas, vacinas para animais e outros insumos químicos. (Muller, 1986 apud Silva, 1998, p. 24)

Dessa forma, as dinamizações ocorridas no âmbito do CAI permitiu que a agricultura brasileira, deixasse de depender de insumos importados, e se tornasse produtora dos mesmos, fazendo com que ocorresse a diminuição nos custos de produção dos produtos agropecuários, possibilitando ao mercado brasileiro ter vantagens de mercado frente aos demais concorrentes internacionais, criando assim, uma excelente oportunidade de inserção da agricultura brasileira no mercado internacional, além de contribuir na geração de empregos para os novos habitantes da região do cerrado.

Para manter e intensificar o ritmo de expansão da agricultura brasileira a partir da década de 60, o governo federal passou a disponibilizar crédito para os agricultores através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que se iniciou no ano de 1965. (SILVA, 1998)

Sobre esse período, Delgado (1985) apud Silva (1998) afirma que:

Aquele momento pode ser considerado como a ruptura do antigo estilo de desenvolvimento e a implantação de um novo padrão agrícola, resultado da conjugação de alguns fatores fundamentais: a consolidação integrada com complexo agroindustrial e as mudanças na base técnica de produção agrícola comandada pelo complexo: a intensa urbanização e o rápido crescimento do emprego não-agrícola, com pressões sobre a demanda de produtos agrícolas: o crescimento e a diversificação das exportações; e, finalmente, a organização do SNCR e a política de crédito rural como principal veículo do projeto modernizador para a agricultura. (SILVA, 1998, p. 26).

Neste cenário de êxodo rural e forte demanda por produtos agrícolas, a agricultura seguiu sendo contemplada por crédito oficial farto e barato, fato este, que contribuiu para que ocorressem grandes avanços na área da pesquisa e no aumento da tecnologia utilizada no campo.

O financiamento do governo brasileiro incentivou os produtores a investirem em tecnologias como a correção da acidez do solo, o emprego de máquinas, a utilização de adubos e sementes melhoradas e a irrigação do solo, para aumentar o potencial produtivo do Cerrado. (CERQUEIRA, 2016, p. 16).

Os investimentos feitos na agricultura nesta época e os conhecimentos adquiridos foram de fundamental importância para que o estado do Tocantins se transformasse em uma área de exploração agrícola de sucesso, contribuindo para que o governo conseguisse desenvolver o método econômico agro exportador.

Ampliou-se o chamado “modelo agro-exportador” brasileiro, na medida em que o país deixou de ser apenas um fornecedor de produtos tropicais (café, açúcar e cacau) e passou a exportar produtos que concorrem diretamente com a oferta dos países ricos, dentre eles a soja, a celulose e as carnes. A produção de soja expandiu-se do Rio Grande do Sul para o Centro-Oeste graças, como ressaltado acima, ao papel da pesquisa, sobretudo a desenvolvida pela Embrapa, que trouxe ao mercado novas variedades (JANK; NASSAR; TACHINARDI, 2004-2005, p. 16).

Visando levar o desenvolvimento ao cerrado, o governo federal lançou diversos programas de desenvolvimento para a região, tais como: POLOAMAZONIA<sup>5</sup>, POLOCENTRO<sup>6</sup> e o PRODECER<sup>7</sup>.

Em resumo, a década de 60 e 70 foi um período de grande desenvolvimento para a agricultura brasileira, porém, todo esse desenvolvimento foi barrado no início dos anos 80, quando o país passou a enfrentar diversos choques econômicos.

---

<sup>5</sup>O POLAMAZÔNIA foi criado em 1974, com o objetivo de promover a exploração da Amazônia pelas atividades agropecuárias, agroindustriais e florestais nas regiões de Xingu Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aritana e Marajó, com a finalidade de explorar minérios e madeira. (CIRQUEIRA, 2016. Pág. 12).

<sup>6</sup> O POLOCENTRO foi criado em 1975, sua proposta estava voltada a exploração do Cerrado, principalmente o goiano (o qual pertencia o estado do Tocantins) e o mato-grossense. Ele objetivava a ocupação do Cerrado pela soja, a fim de diminuir as tensões existentes no sul do Brasil, onde ela era muito cultivada. (CERQUEIRA, 2016. Pág. 12 e 13).

<sup>7</sup>PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, surgiu com a intenção dos japoneses de diversificar seus fornecedores de grãos. Por isso uma parceria entre os governos e instituições privadas do Brasil e Japão deu início a esse programa. A terceira fase do programa contou com investimentos no município de Pedro Afonso para que a produção de grão fosse estimulada. Seu principal instrumento foi a implantação de produtores de médio porte que não possuíam sua própria terra e foram investidos recursos na infraestrutura socioeconômica da região (CAMPO, 2017 apud FIETO. 2018. Pág. 132).

Na primeira metade dos anos 80, a economia brasileira é atingida por uma sucessão de choques macroeconômicos: o desequilíbrio nas transações comerciais com a crise do petróleo de 79 e recessão mundial, duas desvalorizações de moeda (dezembro de 1979 e março de 1983) e duas tentativas de conter a aceleração inflacionária com política monetária restritiva e corte de despesa do governo (1981 e 1983). O setor agrícola sofre com recessão no mercado doméstico, forte redução no volume de crédito (principal fonte dos subsídios) e elevação nos custos de transporte (DIAS; AMARAL, 2001, p. 25).

Houve assim, um gradual afastamento entre o governo e o setor agrícola, pois o governo perdeu sua capacidade de realizar investimentos que visasse dar continuidade ao processo de expansão agrícola brasileiro. Amaral (2001) argumenta que:

A intervenção governamental na agricultura exerceu seu papel positivo enquanto foi possível injetar crédito para investimento, criação de infraestrutura e nova tecnologia, possibilitando a expansão da fronteira agrícola em direção a áreas geográficas novas e mais produtivas da Região Centro Oeste e da região central do Brasil (DIAS; AMARAL, 2001, p. 13).

Apesar desse distanciamento entre o governo e o setor agrícola, houve ainda um fator nesse período que ajudou a beneficiar o estado do Tocantins, que foi a criação da Ferrovia-Norte Sul<sup>8</sup>, conforme Cerqueira (2016) destaca:

Outro eixo de integração nacional é a ferrovia Norte-Sul, construída com o objetivo de escoar a produção do Cerrado para o Porto de Itaqui no Maranhão. Segundo Oliveira, 1991, os programas POLOCENTRO e PRODECER foram gestados em conjunto com a construção da ferrovia. Como ressalta Santos (2013), está nítido que o principal objetivo da ferrovia é o desenvolvimento das atividades do agronegócio. Será mais uma via de escoamento da produção de grãos para o mercado externo. A ferrovia Norte-Sul se estende pelo país da região sul à região norte, e no Tocantins, está paralela a rodovia Belém-Brasília (CERQUEIRA, 2016, p. 14).

Todos esses investimentos voltados ao setor agrícola acabaram chamando a atenção de empresas estrangeiras que passaram a observar o potencial que o cerrado brasileiro possuía para o plantio de soja, conforme afirma Medeiros e Fraga (2002) apud Sediyaama *et al* (2013):

A partir da década de 80, uma das estratégias adotadas pelas grandes firmas multinacionais foi o processo de aquisição de empresas nacionais que buscaram

---

<sup>8</sup>O Estado conta com parte da ferrovia Norte-Sul, operada pela VLI, empresa de logística da Vale. A ferrovia Norte-Sul teve sua construção iniciada na década de 1980 com o principal objetivo de promover a integração nacional, minimizar custos de transporte e fazer conexões com ferrovias novas e já existentes (AGETO, 2016). Cerca de 800 km da Ferrovia Norte-Sul se localizam no Estado do Tocantins. (FIETO, 2018, p. 142).

consolidar sua atuação no mercado nacional, principalmente na região de expansão (Centro-Oeste), onde o número de empresas existentes no setor era inferior em relação à região tradicional (MEDEIROS e FRAGA, 2002 apud SEDIYAMA *et al.*, 2013, p. 165).

A redução de crédito por parte do governo ao setor agrícola, o grande interesse das empresas multinacionais na região do cerrado e a forte expansão do setor agrícola para a região do Centro Oeste caracterizavam o final da década de 80, cenário esse em que na região norte do Estado do Goiás, deu origem ao estado do Tocantins, estado esse, que se tornará uma unidade da federação com extrema relevância para a agricultura nacional e internacional nos dias atuais.

### 2.1.1 O Antigo Norte Goiano e a Criação do Estado do Tocantins

Da mesma maneira que é importante compreender o cenário agrícola nacional vivido nas décadas anteriores à criação do estado do Tocantins, se faz importante também compreender o contexto social regional vivido na região Norte do estado de Goiás, pois foi a partir deste contexto que se originou a criação do estado do estado do Tocantins.

O início da ocupação do norte de Goiás se deu exclusivamente pela descoberta de minas de ouro no século XVIII, dando o primeiro passo para processo de formação econômica e do povoamento do norte de Goiás, apesar das disparidades espaciais e temporais, esse território longínquo e desabitado durante décadas, inseriu-se na rota mercantil por meio da mineração. A descoberta do ouro em Goiás impulsionou o povoamento de três zonas distintas, no seu imenso território, uma zona no centro sul, com arraiais a caminho de São Paulo; uma segunda zona na no alto Tocantins, considerada a região de maior densidade mineira; e, por fim, o verdadeiro norte da capitania, atual, Tocantins (OLIVEIRA, 2018, p. 77).

Porém essa exploração mineral do território do norte goiano não se perpetuou por muito tempo. Oliveira (2018, p. 77) afirma que “Alguns incidentes levaram à divergência entre o norte e o sul de Goiás, entre elas destacam-se: a cobrança de altas taxa na aquisição de escravos; o contrabando de ouro; a proibição definitiva da navegação no Rio Tocantins, em 1737 e, o aumento da tributação do ouro”. E por conta disso, o estado de Goiás precisou encontrar novos meios econômicos de subsistir, conforme Oliveira (2018) confirma:

Com o fim da mineração, a dinâmica econômica de Goiás voltou-se para a agricultura de subsistência e pecuária extensiva. No norte da capitania, o declínio foi

mais rápido provocando uma diminuição no afluxo de migrantes, levando esses remanescentes a prática da lavoura de subsistência (OLIVEIRA, 2018, p. 77).

Segundo Oliveira (2018 p.77) “O norte de Goiás foi marcado, sempre pela condição de isolamento de vias de transporte, inadequadas para o escoamento da produção, pelo abandono por parte da elite do sul de Goiás, pela pobreza e pela precariedade de condições de vida de seus moradores”. Ainda Segundo Oliveira (2018, p. 78) “O isolamento somente foi rompido pelas políticas de ocupação do norte do Brasil, via ampliação da infraestrutura básica e pela expansão da fronteira agrícola no Centro Oeste e Norte do país”.

A construção da rodovia Belém-Brasília (BR -153) possibilitou o surgimento de várias cidades ao longo de seu traçado, dando uma nova dinâmica ao processo de urbanização, crescimento econômico e atração de novos investimentos nos setores primários, de transformação e de serviços (OLIVEIRA, 2018, p. 78).

Porém, esse desenvolvimento que chegou à região norte de Goiás não foi suficiente para atrair para a região investimentos e nem o interesse político existente na região sul do Goiás. Por conta da ausência de políticas públicas na região norte do estado do Goiás, a região passou a reivindicar a criação do estado do Tocantins através de uma forte mobilização social entre os moradores da região. Rodrigues (2011) ressalta a importância do fator cultural e da adesão social em volta do processo de reivindicação da criação do estado do Tocantins:

Entendemos que a formação do Estado do Tocantins é resultado de um conjunto de atos políticos exercidos por diversos atores. Ele é produto de uma clara imbricação e articulação entre política e cultura na elaboração de discursos e de construção de um universo simbólico pelos interessados na emancipação da região até então definida como “norte goiano”. Esses atores, por meio de discursos e elaborações simbólicas, construíram um imaginário coletivo em torno do espaço de representação tocaninense manipulando, inclusive, a formação de uma identidade cultural regional (RODRIGUES, 2011, p. 34).

A partir da criação da identidade cultural e da forte mobilização social ali presente, os moradores locais passaram a se identificar com a criação desse novo estado que traria consigo a promessa de melhores infraestruturas, maior representação política e maior desenvolvimento econômico para a região local. Como já não se sentiam representados pelo governo do estado de Goiás, passaram a apoiar a criação do Estado do Tocantins, até que no dia 5 de outubro de 1988 a sua lei de criação foi promulgada pelo Congresso Nacional, juntamente com a Constituição do país, e no dia 1º de janeiro de 1989 foi instalado o Estado do Tocantins.

Como o estado já nasceu com boa parte de sua infraestrutura voltada à exportação pronta, fruto do processo de ocupação da região centro oeste e do processo de migração da agricultura sentido a região norte, rapidamente iniciou-se suas exportações.

### 2.1.2 O início das Exportações Tocantinenses (1992 - 2003)

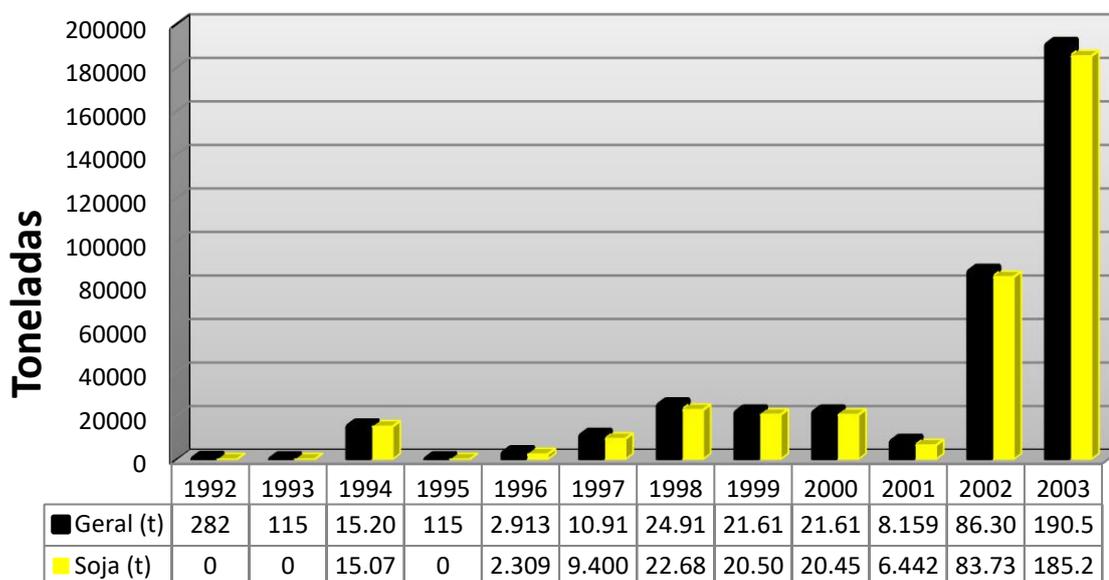
Ao analisar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) observou-se que os primeiros registros encontrados de exportação no estado do Tocantins apontam para o ano de 1992, ano esse, em que o estado exportou 282 toneladas em mercadorias, atingindo o valor de exportação de US\$ 347.000,00 (trezentos e quarenta e sete mil dólares), sem estar especificado qual tipo de mercadorias seriam e nem para quais países foram (IBGE, 1994).

A partir de então, o estado do Tocantins passou a compor a lista de estados exportadores da federação, dedicando-se prioritariamente a cultura da exportação da *commodity* de soja.

A primeira onda de produção de grãos no Tocantins se deu nas regiões sul e oeste do Estado, e na região de Pedro Afonso. Entre os diversos fatores que impulsionaram o início dessa cultura, podemos citar o aumento da produção de grãos no oeste da Bahia como principal influência no início da produção nas cidades do sul do Tocantins (FIETO, 2018, p. 80).

Ao analisar dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e do IBGE, constatou-se que a primeira exportação de soja do estado ocorreu no ano de 1994, ano esse em que o estado exportou a quantia de 15.070 toneladas de soja para a Holanda, pelo valor de US\$ 3.636.510,00 (três milhões seiscientos e trinta e seis mil quinhentos e dez dólares) (COMEX, 2021; IBGE, 1997). A partir de então, com exceção do ano de 1995, houve gradativo aumento nas exportações da soja tocantinense, conforme aponta o Gráfico 1.

Gráfico 1- Exportações do estado do Tocantins de 1992 – 2003



Fonte: Dados IBGE e COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).<sup>9</sup>

Ainda com base nos dados do MDIC constatou-se que durante os anos de 1992, 1993 e 1995, não ocorreram exportações de soja no estado, havendo apenas registros de exportações de produtos de outras naturezas, tais como: móveis de madeira, madeiras compensadas, couro/pele bovina, dentre outros produtos (COMEX, 2021).

No ano de 1996, o estado voltou a exportar soja, exportando a quantia de 2.309 toneladas para a Alemanha pelo valor de US\$ 694.982,00 (seiscentos e noventa e quatro mil novecentos e oitenta e dois dólares) e a partir de então, não houve mais interrupções nas exportações da soja tocantinense (COMEX, 2021).

Um dos fatores que chama a atenção ao analisar o Gráfico 1 é o percentual de representatividade da soja no montante total das exportações tocantinenses, sendo que esse montante está representado na Tabela 1:

<sup>9</sup> As informações referentes à soja contidas no gráfico 1 em relação aos anos de 1994 e 1996, referem-se ao código NBM: 1201000000 (Soja, mesmo triturada), os demais anos referem-se ao código SH4: 1201 (Soja, mesmo triturada).

Tabela 1- Representatividade da Soja no Montante Total das Exportações Tocantinenses 1994 – 2003

Ano	Exportações Gerais (t)	Exportações de Soja (t)	Participação da Soja nas Exportações Gerais (%)
<b>1994</b>	15.200	15.070	99,14
<b>1995</b>	115	0	0
<b>1996</b>	2.913	2.309	79,26
<b>1997</b>	10.910	9.400	86,15
<b>1998</b>	24.912	22.683	91,05
<b>1999</b>	21.610	20.500	94,86
<b>2000</b>	21.619	20.451	94,59
<b>2001</b>	8.159	6.442	78,95
<b>2002</b>	86.306	83.738	97,02
<b>2003</b>	190.531	185.232	97,21

Fonte: Dados IBGE e COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

Na Tabela 1, observa-se que a soja, ao longo do período analisado, com exceção do ano de 1995, sempre esteve acima de 70% das exportações, o que confirma a importância da soja para a atividade exportadora do estado desde o início de suas operações de exportação. Antes de saber os países de destino destas exportações, se faz importante saber o quanto de soja cada município exportou.

Ao analisar os dados de exportação dos municípios tocantinenses no banco de dados, não foi possível identificar os municípios de origem das exportações referentes aos anos de 1994, 1996, 1999 e 2000, lembrando que no ano de 1995 o estado não exportou soja. Já em relação aos anos de 1997, 1998, 2001, 2002 e 2003, os municípios de origem e os dados das exportações estão discriminados na Tabela 2.

Tabela 2 - Exportações de soja do estado do Tocantins por municípios 1997, 1998, 2001, 2002 e 2003 – Em Valor FOB (US\$) e Toneladas (t)

Municípios	1997		1998		2001		2002		2003	
	Valor FOB (US\$)	t.	Valor FOB (US\$)	t.	Valor FOB (US\$)	t.	Valor FOB (US\$)	t.	Valor FOB (US\$)	t.
<b>Campos Lindos</b>	0	0	0	0	0	0	5.963.558	34.148	27.717.629	120.485
<b>Pedro Afonso</b>	2.610.480	9.000	5.755.950	22.652	810.000	3.000	0	0	16.498.470	82.287
<b>Fortaleza do Tabocão</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	275.590	1.000

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

De acordo com os dados encontrados a representação da participação dos municípios nas exportações ficou da seguinte maneira:

Tabela 3 - Participação dos municípios tocantinenses no montante total das exportações de soja do Estado do Tocantins 1994 – 2003

Municípios	Total de soja exportado pelo Município (t)	Participação do Município nas exportações de soja do estado (%)
<b>Campos Lindos</b>	154.632	42,26
<b>Pedro Afonso</b>	116.939	31,96
<b>Fortaleza do Tabocão</b>	1.000	0,27
<b>Outros</b>	93.254	25,49

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

Destacando-se os municípios de Campos Lindos e Pedro Afonso, que tiveram participação superior a 30%.

Ainda de acordo com os dados do MDIC, não foi possível identificar quais foram às vias de escoamento da soja tocantinense durante os anos de 1994 e 1996, já em relação aos anos de 1997 a 2003, ao sair dos municípios tocantinenses, a soja foi escoada por via marítima através do porto de São Luís (MA). O que confirma o uso da BR-153 como a principal rota de escoamento da soja tocantinense neste período analisado.

Os países de destino dessa soja, a quantidade em toneladas e o valor que cada país comprou do estado do Tocantins estão representados de forma detalhada na Tabela 4:

Tabela 4 - Destino das Exportações de Soja do Estado do Tocantins 1997-2003

Países	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003	
	Valor FOB (US\$)	Toneladas												
<b>França</b>	1.166.00	4.000	0	0	0	0	0	0	0	0	337.563	1.576	9.176.158	37.058
<b>Espanha</b>	122.000	400	0	0	1.984.500	10.500	0	0	0	0	0	0	8.481.370	39.766
<b>China</b>	0	0	0	0	1.863.000	10.000	0	0	598.908	3.442	4.150.890	25.500	7.799.830	42.526
<b>Bélgica</b>	861.480	3.000	0	0	0	0	0	0	0	0	5.810.169	33.432	5.799.622	27.000
<b>Japão</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.233.720	18.059
<b>Reino Unido</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.165.604	23.230	2.274.500	10.000
<b>Portugal</b>	0	0	810.000	3.000	0	0	0	0	810.000	3.000	0	0	2.029.982	9.823
<b>Israel</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	275.590	1.000
<b>Marrocos</b>	0	0	0	0	0	0	2.764.956	15.451	0	0	0	0	0	0
<b>Alemanha</b>	0	0	3.634.000	14.000	0	0	1.000.400	5.000	0	0	0	0	0	0
<b>Holanda</b>	0	0	1.450.135	5.683	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Estados Unidos</b>	583.000	2.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados do COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

Ao analisar a Tabela 4, fica evidente que os principais importadores da soja tocantinense no período analisado foram: China, Espanha, França e Bélgica. Nos anos em que o estado do Tocantins não manteve relação comercial com algum destes países, ficou evidente a queda em suas exportações, como ocorreu no ano de 2001, ano esse em que o estado exportou apenas uma pequena quantia para China e uma quantia semelhante para Portugal, não mantendo relações comerciais com os demais países importadores, o que justificaria a queda em suas exportações neste ano.

Um dos fatores que justifica o forte aumento das exportações tocantinenses a partir do ano de 1996 é a aprovação da “Lei Kandir”, que os autores Hirakuri e Lazzarotto (2014) afirmam ser o grande impulsionador das exportações agrícolas brasileira.

O Brasil assumiu o posto de maior exportador mundial de soja em grão, estimulado em grande parte pela Lei Kandir, de setembro de 1996, que isenta produtos primários da cobrança de ICMS. A referida lei beneficia as exportações de *commodities* agrícolas *in natura* em relação aos produtos com valor agregado, como é o caso do farelo e óleo de soja. Caso esse quadro não seja alterado, o Brasil deverá se manter como grande exportador de *commodities* e terá um alto custo de oportunidade relacionado aos ensejos de investimentos gerados pelos mercados de valor agregado (HIRAKURI; LAZZAROTTO, 2014, p. 23).

Além da “Lei Kandir” houve também a implementação do Decreto Federal nº 4.524/2002, que visa à isenção da contribuição dos impostos PIS e COFINS sob a prestação de serviços em que as mercadorias tenham como destino o exterior (BRASIL, 2002).

Durante esse período, o estado do Tocantins também se beneficiou de diversos programas federais que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento da agricultura tocantinense, dentre estes programas estão: o Prodec<sup>10</sup>, o Pronaf<sup>11</sup>, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional<sup>12</sup> (PNDR), o Brasil em Ação, o Avança Brasil<sup>13</sup> e o Plano Safra<sup>14</sup>.

<sup>10</sup> O Tocantins mesmo fazendo parte da Amazônia Legal foi incluído na terceira fase do PRODECER, conhecido como PRODECER III. Nessa fase, em meados da década de 90, os municípios de Pedro Afonso (TO) e Balsas (MA) foram beneficiados pelo financiamento dos custos operacionais para a produção de grãos, principalmente a soja. (CERQUEIRA, 2019, p. 16).

<sup>11</sup> [...] a partir dos anos 1990, a agricultura familiar no Brasil passou a ser melhor assistida, com programa especial de crédito (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf), dada a importância econômica e social que representa. Segundo dados do IBGE, em 2006, o Tocantins possuía 75,8% dos seus estabelecimentos (42.899 unidades) classificados como de agricultura familiar, ocupando 2.695.201 hectares (18,8% da área total). Por outro lado, a agricultura não familiar detinha 13.668 estabelecimentos (24,2%) e 11.597.721 hectares (81,2%). (FEITOSA, 2019, p. 163).

<sup>12</sup> A PNDR tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a imensa e fantástica diversidade que se observa nesse país de dimensões continentais. O foco das preocupações incide, portanto, sobre a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território (Ministério do Desenvolvimento Regional-MDR)

Os programas e ações fiscais do governo foram de fundamental importância no processo de implementação do Estado do Tocantins na lógica de produção agrícola nacional voltada à exportação.

---

<sup>13</sup> Os programas *Brasil em Ação* (PPA 1996-1999) e *Avança Brasil* (PPA 2000- 2003), realizados respectivamente durante o primeiro e o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, faziam parte de uma estratégia de integração da Amazônia ao espaço produtivo brasileiro e de consolidação da política de integração regional da América do Sul. Para reduzir os gargalos detectados, recursos consideráveis foram aplicados. (THÉRY, 2005, p. 41)

<sup>14</sup> Lançado anualmente, com vigência de julho a junho do ano seguinte (período escolhido estrategicamente pelo calendário da safra agrícola brasileira), o Plano é a principal fonte de incentivo ao produtor rural brasileiro. Ele reúne um conjunto de políticas públicas que abrangem os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, crédito, seguro da produção, garantia de preços, comercialização e organização econômica das famílias residentes no campo. (SANTANDER, 2020)

### 3 CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA EXPORTADORA DO ESTADO (2004 - 2010)

O presente capítulo trata-se do período de consolidação da cultura exportadora do estado do Tocantins, referindo-se aos anos de 2004 a 2010, período esse em que o estado do Tocantins, juntamente com o restante do país, passou a receber a forte demanda internacional da *commodity* de soja.

Na década de 2000, o Brasil passou a figurar como primeiro ou segundo maior exportador mundial, em valor, de soja e derivados, ao lado dos Estados Unidos e da Argentina. As exportações do complexo soja representam a principal fonte de divisas do país: cerca de 30% das exportações agrícolas, equivalente a 10% do valor total de suas exportações (SAMPAIO; SAMPAIO; BERTRAND, 2012, p. 227).

A grande demanda pela *commodity* da soja brasileira nasceu da forte ascensão da economia chinesa no sistema internacional, percebida desde meados dos anos de 1990. A este respeito, Medeiros e Cintra (2015) afirmam que “o grande processo de urbanização chinesa foi o principal estímulo para as exportações de commodities para os países da América Latina, a China tornou-se o maior mercado para exportação e o grande fornecedor de produtos manufaturados para esses países, assim como também ampliou sua contribuição em investimentos e créditos para a região”. Medeiros e Cintra (2015) afirmam também que:

A América do Sul passou por uma realidade externa distinta nos anos 2000. Nesta década, a forte elevação no preço das commodities, a mudança dos termos de troca e a forte demanda externa por bens primários destravaram as restrições de balanço de pagamentos que se avolumaram entre 1998 e 2003. A grande demanda chinesa por recursos naturais foi indiscutivelmente um fator central deste novo cenário externo dos países sul-americanos (MEDEIROS; CINTRA, 2015, p. 29).

Em conjunto com a China, os países Europeus também passaram a fazer significativas importações de soja brasileira neste período, fato este, que fez com que o governo brasileiro aumentasse a sua atuação frente à visibilidade agrícola brasileira no cenário internacional.

#### 3.1 O agronegócio como pauta de política externa.

No âmbito político, em 2002, Luís Inácio Lula da Silva venceu as eleições presidenciais do Brasil, e a partir de então, buscou adotar um modelo de política neodesenvolvimentista, cujo objetivo era promover o desenvolvimento do Brasil através da cooperação internacional.

O período neodesenvolvimentista inaugurado com Lula, nesse sentido, ao buscar a mudança aos rumos do Brasil, buscou a inserção soberana no sistema internacional, no âmbito da política externa, principalmente nas arenas multilaterais, defendendo os interesses nacionais e diversificando suas parcerias internacionalmente. (RIBEIRO, 2016, p. 8).

Ribeiro (2016) destaca algumas das ações do governo brasileiro para aumentar a visibilidade brasileira no exterior:

Conforme Miriam Saraiva e Marcelo Valença (2012), o aumento da visibilidade brasileira internacionalmente dependeria da sua busca por autonomia e por maior projeção no plano internacional – exigindo, com isso, maior envolvimento em fóruns internacionais, reforçando sua posição através da cooperação com outros países em desenvolvimento em negociações multilaterais, bem como o acesso a novos mercados. [...] tal postura da diplomacia brasileira condiz com a estratégia de autonomia por diversificação, ao dar ênfase à cooperação Sul-Sul (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), inclusive a partir da criação e coordenação do G-20 [...], sem se distanciar das relações com as grandes potências, tais quais os Estados Unidos e a União Europeia. Ou seja, ao considerar tal estratégia parte fundamental da inserção soberana brasileira, o país considera, assim, que os interesses do agronegócio nacional também fazem parte de sua agenda de política externa (RIBEIRO, 2016, p. 23).

Ribeiro (2016) também destaca a importância da atuação do governo brasileiro ao buscar defender os interesses do setor agrícola na Rodada de Desenvolvimento de Doha.

Em novembro de 2001, lançou-se a Rodada de Desenvolvimento de Doha, que visaria à diminuição de barreiras comerciais no mundo, focando na eliminação de subsídios à exportação, garantindo o livre comércio e eliminando práticas protecionistas dos países desenvolvidos (BRASIL, 2003). Considerando que o fortalecimento do agronegócio, econômica e organizacionalmente, e de seus mecanismos de articulação de interesses com os atores estatais, inclusive o corpo diplomático, contribuíram para que os interesses do agronegócio integrassem a agenda das negociações multilaterais comerciais do Brasil (CARVALHO, 2010), pode-se considerar que a principal arena para a busca dos interesses do setor, durante o governo Lula, foi a Organização Mundial do Comércio. As prioridades para o agronegócio, na Rodada, concentraram-se, na maior parte do governo Lula, nos subsídios domésticos e acesso a mercados (RIBEIRO, 2016, p. 29).

Ribeiro (2016) ressalta que durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o país atuou ativamente nas batalhas contra medidas protecionistas das economias avançadas, tornando-se um dos maiores atores do processo de liberalização comercial da agropecuária mundial, isso só foi possível por conta da forte relação entre o agronegócio e o Estado brasileiro. A este respeito, o autor afirma que:

[...] as negociações internacionais ilustrarão tal modelo de inserção soberana, podendo se perceber, à medida que a postura brasileira em fóruns multilaterais, seja no âmbito regional, hemisférico, ou internacional, é afetada a partir das relações entre o governo federal e os atores domésticos do empresariado nacional, que têm seus interesses representados a partir de entidades que representam os setores do agronegócio e da indústria. Sendo assim, deve-se tomar o comportamento de tais atores como peças-chave à análise da política externa (RIBEIRO, 2016, p. 20).

No âmbito político, atores domésticos influenciam deputados e senadores para que representem seus interesses na Câmara e no Senado, os políticos brasileiros que representam os interesses do agronegócio são conhecidos como a “Bancada Ruralista”, bancada esta, que possuía significativa representatividade dentro do senado e do congresso nacional durante o governo do presidente Lula.

No que concerne a atuação da bancada ruralista brasileira no congresso, segundo estudo realizado pelo Inesc (VIGNA, 2007), desde a legislatura de 1999/2003, a bancada segue a estratégia de ocupação de todos os espaços possíveis na política nacional, seja no Executivo ou Legislativo. No que concerne a câmara de deputados, segundo o estudo, apesar de ter havido uma queda relativa no número de representações entre a legislatura de 1999/2003 e 2003/2007, de 89 deputados para 73, a segunda legislatura do governo Lula, 2007/2011, contou com um crescimento da bancada de 58,9%, saltando de 73 para 116 deputados federais. De acordo com Edécio Vigna, responsável por tal estudo, apesar de o governo de Luiz Inácio ter maioria no congresso nacional, a bancada ruralista se torna o “elo frágil” de seu governo, pois representa uma ameaça à ruptura da articulação do governo petista, considerando que a base parlamentar da situação não é fixa, a partir do poder de barganha do empresariado rural (RIBEIRO, 2016, p. 28).

Essa bancada exerce uma importante função no processo articulador de políticas públicas tanto nacionalmente como internacionalmente por conta de sua importância na ratificação de acordo internacionais.

[...] segundo Maria Izabel Valladão de Carvalho, [...] permeia-se a influência sobre os congressistas, uma vez que qualquer tratado internacional deverá ser ratificado nacionalmente para que seja efetivado: as articulações dos interesses do agronegócio “desempenham uma função importante ao endossar, junto ao Legislativo, o acordo concluído pelo Executivo. A ausência de endosso dos grupos de interesse dificulta o processo ratificador e pode levar, no limite, à rejeição do acordo” (CARVALHO, 2010, p. 410). Segundo a autora, o agronegócio atua como sinalizador do grau de respaldo para a política externa, como ator doméstico, sobre as negociações que estão sendo feitas, uma vez que o congresso brasileiro, por si só, não tem um papel mais ativo nas disputas no âmbito da Organização Mundial do Comércio. No entanto, o órgão Executivo não pode desprezar sua influência na ratificação dos tratados multilaterais, uma vez que há custos políticos ao governo em caso de desaprovação do Legislativo sobre o que se foi negociado internacionalmente (RIBEIRO, 2016, p. 28).

Portanto, ficou evidente durante o governo Lula a forte atuação do governo para promover o desenvolvimento do setor agrícola por conta da forte pressão exercida pelos

grupos de interesse do agronegócio. A bancada ruralista representa uma quantia importante de deputados na câmara e no senado, e por conta disto, possui forte influência nas votações em ambas as casas, portanto, é de interesse do executivo manter uma boa relação com essa bancada, pois ela detém votos que possam interessar o executivo em temas que não esteja relacionado diretamente ao agronegócio, desta maneira, ambos negociam interesses.

Diante desse cenário de negociações entre o governo e os grupos de interesses, desenvolveram-se políticas públicas com o objetivo de gerar desenvolvimento ao setor agrícola brasileiro.

Feitosa (2019, p. 171) atribui dois motivos ao forte impulso das exportações de soja a partir de 2003: o grande desenvolvimento da China no cenário internacional, conforme já abordado no início deste capítulo, e a maior disponibilidade de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) voltados ao setor agroindustrial. A maior disponibilidade de recursos do BNDES permitiu aos gestores a ter mais recursos disponíveis para destinar a projetos de desenvolvimento do setor agrícola brasileiro, como foi o caso do Finame Agrícola<sup>15</sup>, segundo o BNDES em 2004:

Nos primeiros dez meses deste ano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) bateu todos os recordes em desembolsos de financiamentos, registrando crescimento de 45% em relação ao mesmo período de 2003. No programa Finame Agrícola, que financia máquinas e equipamentos para a agricultura, o aumento das liberações já é de 65,08% em relação aos dez primeiros meses do ano passado (BNDES, 2004, p. *on line*).

Além da atuação do governo, por parte do BNDES, o governo do presidente Lula também lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que trouxe investimentos em diversas áreas sociais, incluindo-se investimentos na infraestrutura logística do país.

Além dos investimentos no PAC o presidente Lula também deu continuidade ao Plano Safra, programa esse que mobilizou vultosos recursos ao setor agrícola brasileiro.

Em relação à cadeia produtiva de soja tocantinense, nesses primeiros anos de expansão, foram mantidas as estratégias ainda oriundas de políticas públicas implementadas na década de 1970 e 1980 que se caracterizava em utilizar incentivos públicos para fortalecer a estruturação da cadeia e aumentar a área de plantio ao longo do território tocantinense.

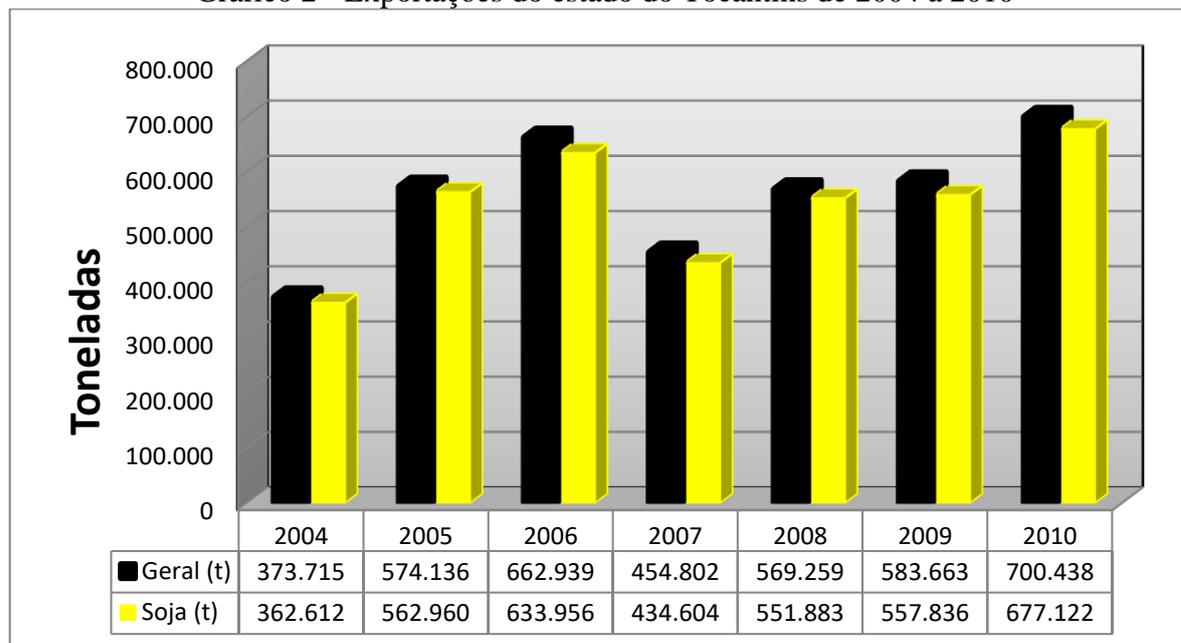
---

<sup>15</sup> [...] o Finame Agrícola teve como destaque o programa Moderfrota, que concentra cerca de 90% dos financiamentos concedidos pelo BNDES ao setor agrícola. (BNDES, 2004)

### 3.1.1 Dados de Exportação de Soja do Estado do Tocantins (2004-2010)

Diante do nível estrutural da cadeia produtiva de soja do estado do Tocantins, a partir do ano de 2004, o estado passou a atingir um novo patamar em suas exportações, estando sempre acima da quantia de 300.000 toneladas de soja por ano, conforme aponta o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Exportações do estado do Tocantins de 2004 a 2010



Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).<sup>16</sup>

Ao analisar o Gráfico 2, observa-se a mesma tendência de continuidade da representação da soja no montante total das exportações tocantinenses, que já havia sido identificada no Gráfico 1. A Tabela 5 demonstra o montante das exportações tocantinenses entre os anos de 2004 a 2010.

<sup>16</sup> Os dados representados no Gráfico 2, no montante da soja referem-se a exportações de soja em grãos (SH4: 1201) e óleo de soja (SH4: 1507), houve exportações de óleo de soja apenas no ano de 2007 (63 toneladas) que foi exportada para Índia.

Tabela 5 - Representatividade da Soja no Montante Total das Exportações Tocantinenses  
2004 - 2010

Ano	Exportações Gerais (t)	Exportações de Soja (t)	Participação da Soja nas Exportações Gerais (%)
<b>2004</b>	373.715	362.612	97,02
<b>2005</b>	574.136	562.960	98,05
<b>2006</b>	662.939	633.956	95,62
<b>2007</b>	454.802	434.604	95,55
<b>2008</b>	569.259	551.883	96,94
<b>2009</b>	583.663	557.836	95,57
<b>2010</b>	700.438	677.122	96,67

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

Ao observar a Tabela 5, em comparação com a Tabela 1, fica evidente a consolidação da soja como principal produto exportado pelo estado do Tocantins no período analisado. Os municípios exportadores da soja estão representados na Tabela 6.

Tabela 6 - Exportações de soja do estado do Tocantins por municípios 2004 – 2010

Municípios	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	Valor FOB (US\$)	Toneladas												
<b>Campos Lindos</b>	37.209.652	130.915	46.569.507	190.393	18.275.849	80.907	17.431.300	63.720	78.528.677	165.605	64.222.081	172.698	91.402.267	240.283
<b>Pedro Afonso</b>	41.185.640	149.014	32.668.501	134.966	33.290.660	147.282	16.012.607	59.661	47.228.254	101.181	41.219.745	123.691	56.567.977	150.165
<b>Guaraí</b>	0	0	14.939.090	64.000	15.618.570	68.767	14.400.587	51.887	21.880.507	45.682	24.646.769	75.652	35.235.135	92.202
<b>Porto Nacional</b>	21.523.431	77.977	19.431.179	80.200	18.416.027	80.585	9.902.676	36.902	47.402.855	104.174	19.001.683	43.870	28.726.058	74.316
<b>Presidente Kennedy</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	16.949.481	50.439	18.775.251	41.786	20.524.387	55.204
<b>Fortaleza do Tabocão</b>	0	0	0	0	8.539.343	38.400	21.539.604	81.707	14.222.438	38.624	18.749.061	46.114	15.547.645	40.219
<b>Gurupi</b>	0	0	17.385.173	71.726	9.464.424	41.601	6.999.942	24.960	16.559.964	35.424	14.286.589	37.525	8.184.103	21.462
<b>Palmas</b>	0	0	0	0	449.639	1.952	743.800	2.620	108.217	207	0	0	136.511	389
<b>Colinas do Tocantins</b>	0	0	0	0	0	0	2.059.332	7.139	0	0	0	0	0	0
<b>Miracema do Tocantins</b>	0	0	0	0	0	0	50.000	63	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

Ao comparar a Tabela 6 com a Tabela 2, fica evidente o crescimento do número de municípios que passaram a exportar soja a partir de 2004. Com isso, diminuiu-se o percentual de participação dos três municípios observados na Tabela 2, conforme podemos observar na Tabela 7.

Tabela 7 - Participação dos municípios tocantinenses no montante total das exportações de soja do Estado do Tocantins 2004 – 2010

Municípios	Total exportado pelo Município (t)	Participação do Município nas exportações de soja do estado (%)
<b>Campos Lindos</b>	1.306.759	30,30
<b>Pedro Afonso</b>	1.077.565	24,98
<b>Guaraí</b>	459.677	10,66
<b>Porto Nacional</b>	633.702	14,69
<b>Presidente Kennedy</b>	183.154	4,24
<b>Fortaleza do Tabocão</b>	308.114	7,14
<b>Gurupi</b>	297.393	6,89
<b>Palmas</b>	6.470	0,15
<b>Colinas do Tocantins</b>	9.199	0,21
<b>Miracema do Tocantins</b>	113	0,002

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

A partir de 2004, a soja tocantinense passou a encontrar novas rotas para realizar seu escoamento, conforme aponta a Tabela 8.

Tabela 8 - Escoamento da produção de soja por portos 2004 – 2010

Porto de:	Total de soja exportado pelo Porto (t)	Percentual da produção escoado (%)
<b>São Luís</b>	3.704.015	97,96
<b>Vitória</b>	34.130	0,90
<b>Salvador</b>	42.765	1,13
<b>Paranaguá</b>	63	0,00166

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

Apesar de a soja ter sido escoada através dos portos de Vitória, Salvador e Paranaguá, ainda assim, o porto de São Luís continuou sendo o principal porto de escoamento da soja tocantinense no período analisado.

Outro fato, que também ficou bem relevante a partir do ano de 2004, foi o aumento do número de países que passaram a comprar a soja tocantinense, conforme aponta a Tabela 9.

Tabela 9 - Destino das Exportações de Soja do Estado do Tocantins 2004 – 2010

Países	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	Valor FOB (US\$)	Toneladas												
<b>Espanha</b>	48.085.455	178.008	72.117.319	301.216	35.300.063	154.064	14.328.716	52.982	105.472.412	230.321	72.706.241	215.929	108.004.995	281.623
<b>China</b>	13.912.400	46.000	11.993.310	47.400	56.750.206	254.122	46.702.271	179.677	99.694.374	237.514	91.931.412	237.920	58.209.180	154.059
<b>Holanda</b>	2.160.529	8.506	7.154.164	28.135	0	0	614.200	2.075	0	0	19.435.925	46.937	27.244.960	75.107
<b>Portugal</b>	14.878.772	54.367	3.101.330	12.000	35.015.409	153.793	50.086.140	182.661	24.088.294	55.990	13.996.717	31.338	18.397.049	49.495
<b>Alemanha</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	3.139.455	6.600	7.303.466	17.126	14.491.540	38.500
<b>Tailândia</b>	0	0	4.245.220	17.000	0	0	0	0	4.055.575	8.447	0	0	10.749.441	27.171
<b>França</b>	0	0	6.696.477	29.778	0	0	0	0	7.454.720	12.741	0	0	10.219.250	24.225
<b>Arábia Saudita</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.056.630	26.441
<b>Israel</b>	0	0	4.354.489	17.754	0	0	0	0	0	0	0	0	180.730	500
<b>Gibraltar</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.800.729	6.587	0	0
<b>Egito</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	881.900	2.000	0	0
<b>Itália</b>	20.450.915	71.088	24.519.434	101.676	0	0	0	0	126.914	270	0	0	0	0
<b>Bélgica</b>	0	0	0	0	8.342.572	36.977	2.835.240	12.000	0	0	0	0	0	0
<b>Japão</b>	0	0	0	0	0	0	1.369.058	5.146	0	0	0	0	0	0
<b>Índia</b>	0	0	0	0	0	0	50.000	63	0	0	0	0	0	0
<b>Taiwan (Formosa)</b>	1.462.961	4.642	0	0	8.074.664	35.000	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Turquia</b>	0	0	2.039.730	8.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

Ao analisar a Tabela 9, fica evidente que os principais importadores da soja tocaninense no período analisado foram: Espanha, China, Holanda, Portugal e Alemanha. Porém o estado também exportou, de forma esporádica, para diversos países como: Arábia Saudita, Israel, Gibraltar, Egito, Turquia, dentre outros.

Em 2007 ficou evidente uma queda nas exportações da soja do estado, esse fato se deu por conta da diminuição da quantidade de compra por parte da Espanha e da China, principais importadores da soja tocaninense no período analisado. Em 2007 a Espanha comprou apenas um terço do que havia comprado no ano anterior, e a China comprou 74.445 toneladas a menos que havia comprado em 2006, além desses dois países, a Bélgica também diminuiu sua quantidade de compra no ano de 2007, comprando 24.977 toneladas a menos do que havia comprado em 2006, e Taiwan que havia feito à compra de 35.000 toneladas no ano de 2006 deixou de realizar compras do estado no ano de 2007, por conta dessa diminuição na demanda da soja no ano de 2007, ficou evidente a queda nas exportações do estado neste ano.

Após esse período de queda das exportações da soja tocaninense no ano de 2007, em 2008 as exportações voltaram a subir com a retomada da compra por parte da Espanha e da China. Também se observou o aumento do número de países importadores da soja tocaninense, que até então não haviam importado do estado ou realizavam apenas compras esporádicas, e partir de 2008 passaram a realizar compras gradativas do estado, sendo o caso da Alemanha, Tailândia e França.

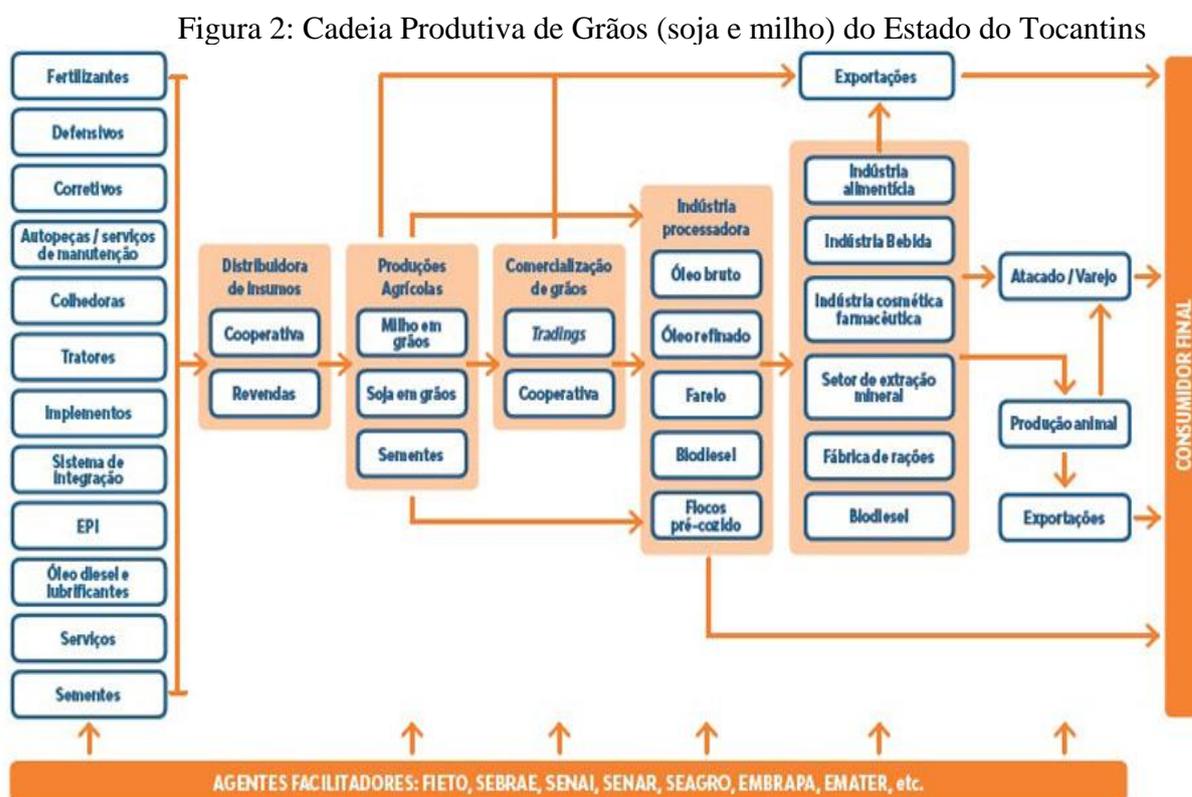
Apesar da crise mundial de 2008 ter atingido fortemente diversos setores da economia brasileira, pouco afetou as exportações de soja do estado do Tocantins, que se manteve em ritmo de crescimento ao longo dos anos de 2009 e 2010.

## 4 O GRANDE AVANÇO DAS EXPORTAÇÕES TOCANTINENSES (2011-2020)

Este capítulo objetiva-se em apresentar: como está estruturada a cadeia produtiva de soja do estado do Tocantins, os dados de exportação referentes aos anos de 2011 a 2017 e 2018 a 2020, e está subdividido em três subcapítulos.

### 4.1 Estrutura da cadeia produtiva de soja do estado do Tocantins

Produzir soja em nível de exportação exige uma complexa cadeia produtiva com diversos elos setoriais interligados. A figura 2 ilustra como estava estruturada a cadeia de grãos do estado do Tocantins no ano de 2018.



Fonte: Markestrat apud FIETO (2018, p. 72)

Ao observar a Figura 2, fica evidente a quantidade de insumos que são necessários a produção agrícola. A este respeito, a FIETO (2018) destaca que:

O acesso aos insumos necessários para a produção agrícola no Estado não é considerado um gargalo, uma vez que diversas revendas estão ali presentes e sua

localização geográfica é privilegiada, estando em uma região central no País e fazendo fronteira com outros estados de alta relevância para o agronegócio. Apesar de o acesso aos insumos ser bom, o Estado não conta com muitas indústrias produtoras desses insumos, o que pode resultar em um custo um pouco mais elevado principalmente pelo componente logístico. Indústrias desenvolvedoras de novas tecnologias, tais como Dupont Pioneer e Bayer possuem áreas experimentais no Estado (FIETO, 2018, p. 73).

Dos insumos necessários à produção agrícola, o estado do Tocantins apenas produz sementes transgênicas, adubos e fertilizantes, os demais insumos são importados de outras regiões do país via cooperativas ou revendas para posteriormente seguirem para o plantio. Após realizado todo o procedimento de plantio e colheita, os grãos em sua grande maioria seguem diretamente para a exportação e em menores quantias para as cooperativas ou *tradings*<sup>17</sup> instaladas no estado, ao passar pelas *tradings* ou cooperativas os grãos tem como destino a exportação ou as indústrias processadoras, após passar pelas indústrias processadoras, os produtos processados tem como destino a exportação ou ir para o atacado/varejo até que chegue ao consumidor final, ao longo de todo o processo envolvido na cadeia produtiva de grãos, atuam agentes facilitadores tais como: FIETO, SEBRAE, SENAI, SENAR, SEAGRO, EMBRAPA, EMATER, dentre outros agentes facilitadores. (FIETO, 2018)

A Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO) também destaca que:

Por ser um Estado novo, os setores estão em constante evolução, alguns elos da cadeia estão ausentes ou em estágio inicial de desenvolvimento. Para o fortalecimento desses elos, são necessários esforços e direcionamentos dos agentes do setor público e privado no Estado (FIETO, 2018, p. 71)

Cabe ressaltar que, conforme vai se desenvolvendo a cadeia produtiva tocantinense aumenta o interesse por parte das empresas em investirem no estado, isso facilita o acesso a insumos e torna a cadeia produtiva tocantinense mais eficiente.

FIETO (2018) também destaca a importância do cooperativismo na agricultura:

No meio agrícola, um dos grandes benefícios da organização de produtores em associações é o aumento da competitividade de pequenos e médios produtores que, sozinhos, podem não ter acesso à informação, serviços, entre outros. No ramo

---

<sup>17</sup> As empresas comerciais exportadoras, *tradings companies*, designativo advindo da língua inglesa de empresas que atuam no comércio interno e externo comprando, vendendo e financiando, exclusivamente na área do atacado, e na operação de ajustamento de negócios estão em ascensão devido ao processo de reorganização do comércio exterior dos países, principalmente estes que estão em fase de desenvolvimento, como o Brasil, ao mundo globalizado. Basicamente, a *trading* é uma empresa comercial que dá ênfase à prática de importação e exportação. (TEIXEIRA, 2015)

agropecuário, as cooperativas possuem funções que vão desde a compra e venda de insumos agrícolas, a comercialização da produção de seus cooperados, o incentivo da atividade rural por meio da concessão de crédito ao cooperado (existem linhas específicas de crédito para cooperativas) até a agregação de valor ao produto do cooperado por meio da verticalização, ou seja, da aquisição e controle de indústrias de processamento. Além disso, as cooperativas de crédito podem ser controladas pelos próprios cooperados, possuem um menor custo operacional em relação aos bancos e seus membros podem se beneficiar com a distribuição de sobras ou excedentes (FIETO, 2018, p. 107).

Apesar dos benefícios trazidos com o cooperativismo, o estado ainda está em período de implementação de tal modelo, conforme a FIETO (2018) afirma:

O elo do cooperativismo, apesar de já existirem iniciativas no Estado, está ainda em fase de desenvolvimento, processo que deve ser acompanhado do fortalecimento da cultura cooperativista na região. O fortalecimento do sistema cooperativista e associativista no Estado vem acompanhado do aumento da competitividade do elo produtivo, seja na compra de insumos ou na maior autonomia para comercialização do produto em mercados mais atrativos, bem como estruturas compartilhadas de armazenagem e processamento (FIETO, 2018, p 73).

FIETO (2018) destaca também as importantes frentes do cooperativismo já presentes no estado:

Além da presença do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop – no Estado, ele conta com 12 cooperativas do ramo agropecuário, sendo que apenas duas englobam o setor de grãos: a Cooperativa Agroindustrial do Tocantins – Coapa; e uma unidade da Frisia, cooperativa cuja matriz se localiza no Estado do Paraná. Apesar de as duas organizações se enquadrarem na categoria de cooperativas, existe uma diferença significativa entre elas que está fundamentada no seu modelo de criação. Enquanto a Coapa foi formada por produtores tocantinenses que buscavam soluções para alguns de seus gargalos, a Frisia já é uma cooperativa muito desenvolvida no cenário nacional, que apenas levou uma de suas unidades para o Estado do Tocantins, por ter identificado ali oportunidades para seus cooperados atuais e de agregação de novos cooperados (FIETO, 2018, p. 107).

Diante da produção, as cooperativas têm a opção de escolher qual o destino de seus produtos, podendo escolher entre vender diretamente para outros países ou vender para as indústrias processadoras, que já estão instaladas no estado do Tocantins. Outro player que se torna importante na comercialização da produção da soja são as *tradings*.

Outro fator que também pode impactar na destinação dos grãos para o mercado interno é a alta dependência da produção agrícola do financiamento das *tradings*. Os recursos públicos para financiamento da produção estão disponíveis, porém o acesso ainda é difícil e não suficiente. A maioria dos financiamentos públicos acessados são destinados a investimentos, sendo que, para o custeio da produção, o produtor acaba buscando recursos nas *tradings*. Uma vez negociado com as *tradings*, o produtor não tem mais poder de decisão sobre o destino do grão, sendo o caminho mais provável a exportação (FIETO, 2018, p. 118-119).

As *tradings* atuam no estado para garantir o financiamento da produção para aqueles produtores que não conseguem obter crédito através dos bancos ou dos recursos públicos disponíveis. Deste modo, as *tradings* buscam os clientes internacionais que melhor tragam lucros, assim os produtores perdem a opção de escolha para quem irá vender sua produção, em troca disto, os produtores têm a garantia do financiamento necessário para a produção, e do lucro no fim da operação, sem precisar se preocupar com a venda ou com a logística, ficando estas responsabilidades por parte das *tradings*, sendo assim um bom negócio para ambas as partes.

A baixa capacidade processadora do estado em conjunto com o alto percentual de exportação dos produtos tocantinense, exige do estado atenção especial para o armazenamento e para a logística da soja.

Tendo em vista todas as análises conduzidas no que se refere à infraestrutura logística, fica claro que o grau de investimento de um Estado em infraestrutura, seja de estradas, ferrovias e até mesmo estruturas de armazenagem, está diretamente relacionado com a competitividade da sua cadeia de grãos (FIETO, 2018, p. 147).

Nogueira Junior e Tsunechiro (2011) apud Fieto (2018) relembra como se deu a relação do Tocantins com a infraestrutura da cadeia de grãos.

Sabe-se que o aumento da produção de grãos, tanto no Brasil como, mais especificamente, no Estado do Tocantins, não foi acompanhado pelo aumento nos investimentos em infraestrutura, uma das razões para o alto percentual de perdas na cadeia de grãos (NOGUEIRA JUNIOR; TSUNECHIRO, 2011 apud FIETO, 2018, Pág. 144).

Quanto à armazenagem, o estado do Tocantins enfrenta problemas, pois não tem capacidade suficiente de armazenagem para manter seu estoque de forma correta. FIETO (2018) compara a relação de armazenagem do estado do Tocantins com os demais estados da federação.

O Brasil apresentou, em 2016, capacidade estática de armazenagem de 75% do total produzido de grãos. Dos estados analisados, o único que supera a média do Brasil é o Paraná, com 78%. A Bahia vem na sequência, com 69%, seguida de Goiás, com 64%, Mato Grosso, com 58% e Tocantins, com apenas 49% da capacidade total da produção em armazenagem. No Estado do Tocantins, o uso de silos-bolsa tem aumentado (FIETO, 2018, p. 145).

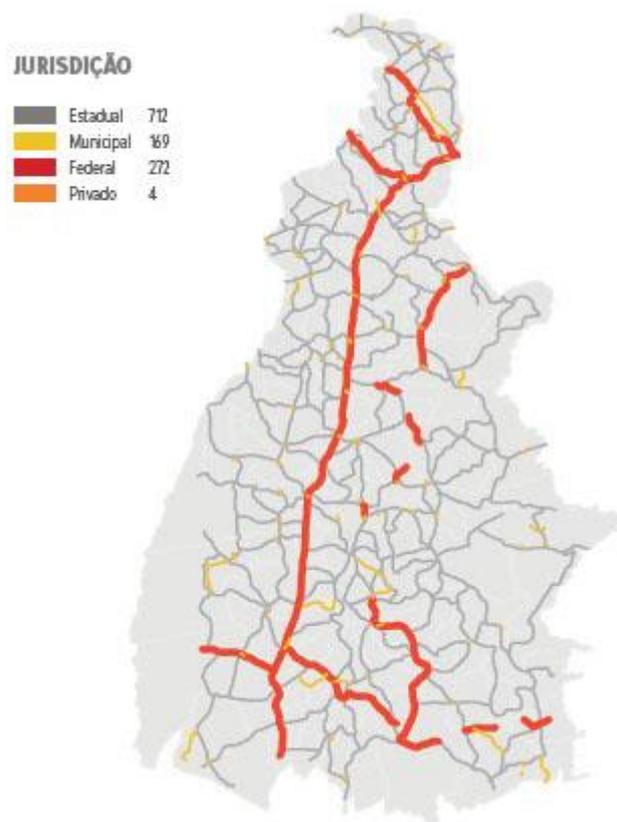
As silo-bolsas têm ajudado o estado, porém, está longe de resolver o problema de armazenagem de grãos do estado, haja vista que o uso de silo-bolsas não é o método de armazenagem mais adequado para o clima tocantinense.

Trata-se de grandes sacos de polietileno altamente resistentes, mas que só são utilizados uma vez, o que encarece a armazenagem. A capacidade de armazenagem dos silos-bolsa é variada, mas em média pode-se estimar que seja em torno de 10 a 15 toneladas. Apesar de ser uma saída emergencial para a armazenagem, as altas temperaturas do Estado não colam para esse tipo de armazenamento, podendo ocorrer fermentação, desenvolvimento de aflatoxina, umidade e, conseqüentemente, redução da qualidade do grão ou perda total (LIMA, 2014 apud FIETO, 2018, p. 145).

Portanto, faz-se necessário investimento em infraestrutura de armazenagem devido a sua importância, conforme afirma Puzzi (1977) “A disponibilidade de capacidade estática de armazenagem ajuda a formar estoques que permitem a distribuição das vendas durante o ano, reduzindo as flutuações de preços entre safra e entressafra (PUZZI, 1977 apud FIETO, 2018, p. 144).

Como o estado do Tocantins não possui boa capacidade de armazenamento, cabe ao estado a pressão de vender rápido toda a sua produção, para que não ocorram prejuízos decorrentes da falta de armazenamento. Quanto à logística, o estado utiliza-se de dois meios para realizar o escoamento da soja produzida, sendo eles: rodoviário e ferroviário, além de contar com um projeto de escoamento por via hidroviária. A malha rodoviária é o meio mais utilizado para o escoamento da soja tocantinense. A Figura 3 demonstra as principais rodovias do estado.

Figura 3 - Malha rodoviária do Tocantins e suas respectivas jurisdições



Fonte: AGETO, 2016 apud FIETO (2018, p. 141)

Segundo a FIETO (2018):

A rodovia Belém-Brasília é a mais importante do Estado, sendo sua principal rota de entrada e saída. As estradas pavimentadas do Tocantins interligam municípios e fazem a conexão com a BR-153. A malha rodoviária tocantinense vem recebendo investimentos nos últimos anos e, com isso, o Estado tem ampliado a quilometragem de estradas pavimentadas. (FIETO, 2018, p. 140-141).

Em conjunto com a malha rodoviária, atua no escoamento da soja tocantinense a malha ferroviária, lembrando que o estado conta com parte da ferrovia Norte-Sul, operada pela empresa VLI Logística<sup>18</sup>.

Tão importante quanto a própria ferrovia, são os terminais multimodais que integram diferentes modais logísticos. A disponibilidade de terminais multimodais garante o fluxo contínuo de cargas, contribuindo para a redução de tempo de deslocamento, custo e maior segurança da carga. O Estado do Tocantins conta com terminais multimodais em Araguaína, Porto Nacional, Guaraí, Colinas, Gurupi e Aguiarnópolis (SEPLAN, 2016 apud FIETO, 2018, p. 142).

<sup>18</sup> Empresa de Logística da Vale que possui dois terminais integradores no estado do Tocantins, estando eles localizados em Porto Nacional e Palmeirante.

Além das malhas rodoviárias e ferroviárias, o estado do Tocantins também tem o objetivo de utilizar a malha hidroviária para fazer o escoamento de sua produção.

Apesar de o Brasil ser um País com alto potencial hidroviário, esse modal ainda é pouco desenvolvido quando da sua utilização em processos logísticos. O Estado do Tocantins se beneficiaria amplamente de uma viabilização e intensificação de uso desse modal, uma vez que possui em suas terras a Bacia Hidrográfica Araguaia Tocantins, considerada a maior bacia localizada inteiramente no Brasil, com rios navegáveis (FIETO, 2018, p. 143).

Essa bacia se faz importante por conta do seguinte fato:

O Tocantins desemboca no rio Pará que corre ao sul da ilha de Marajó e pertence à foz do rio Amazonas. Ainda, é notável a importância do ecoporto de Praia Norte, que tem como principal característica a integração da bacia do Tocantins à bacia Amazônica e poderá transportar cerca de 300 mil toneladas de grãos/ano via rio Tocantins até a Zona Franca de Manaus-AM (SEPLAN, 2016 apud FIETO, 2018, p. 143).

O estado ainda conta com um projeto de expansão da malha hidroviária.

Outra ação de grande importância, não só para a logística no estado do Tocantins, mas também para o escoamento de grãos da região Centro-Oeste, é o derrocamento do Pedral do Lourenço, no Pará, que consiste em desgastar as formações rochosas que impedem a navegação de embarcações com cargas durante os meses de setembro a novembro. A obra que está prevista para ser iniciada no segundo semestre de 2018, garantirá a navegabilidade permanente da hidrovía Tocantins-Araguaia. Além dos benefícios logísticos, essa nova rota aumentará a competitividade dos portos da região norte e impulsionará o desenvolvimento econômico de toda a região. Os estados que se beneficiarão da nova via de escoamento são principalmente Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Goiás (BRASIL, 2017 apud FIETO, 2018, p. 143-144).

Faz-se importante o uso da malha hidroviária para buscar solucionar parte dos problemas enfrentados nas rodovias brasileiras, que em grande maioria se encontram sem asfalto ou com muitos buracos, o que acaba ocasionando prejuízos na cadeia logística, que por fim, diminui a competitividade da soja tocantinense.

Quanto a indústria processadora, a FIETO (2018) afirma que:

O elo industrial especificamente para processamento e transformação dos grãos em óleo, ração ou biocombustíveis ainda é incipiente sendo que quase 100% dos grãos produzidos no Estado são exportados. No Tocantins, existe uma agroindústria de processamento de grãos que enfrenta diversos desafios para o seu funcionamento, sendo um deles de acesso à matéria-prima (FIETO, 2018, p. 73).

Ao mesmo tempo em que a Lei Kandir beneficia o estado do Tocantins nas exportações da soja *in natura*, ela dificulta o acesso à matéria prima por parte da indústria processadora, fato esse, que justifica a pequena presença de indústrias processadoras no estado. (FIETO, 2018)

Mesmo havendo diversos problemas nos elos da cadeia produtiva do estado do Tocantins, ainda assim, o estado conseguiu se consolidar como produtor e exportador da *commodity* de soja. Esse protagonismo pode ser percebido ainda em 2011, no contexto internacional, quando a China e os países europeus continuaram a alimentar a forte demanda internacional pela soja. (COMEX, 2021)

Brasil, Estados Unidos e Argentina protagonizavam o cenário de maiores produtores de soja do mundo, porém essa disputa seria relacionada principalmente entre Brasil e Estados Unidos (EUA). Juntos, Brasil e EUA representam cerca de 80% das exportações mundiais, tornando o comércio externo da soja dependente do desempenho desses dois países (FIETO, 2018, p. 33).

[...] com o aumento do preço desta *commodity* no mercado internacional, principalmente após 2010 [...], houve profunda expansão nos níveis de área plantada, produção e produtividade. Vale destacar que, nos últimos anos, outros elementos interferiram no aumento de preços e na maior demanda pelo grão brasileiro, dentre eles, o câmbio favorável, a quebra da produção argentina, em 2017, e os impasses comerciais entre China e EUA (FIETO, 2018, p. 165).

Diante deste cenário de conflito econômico entre Estados Unidos e China, intensificou-se ainda mais a importância das exportações de soja brasileira, haja visto que o Brasil seria o país com a melhor capacidade produtiva para atender a forte demanda chinesa de soja. Com o mercado brasileiro aquecido pela demanda internacional, fez-se necessário ampliar a sua área produtiva em sentido a região central e norte do país, fato este, que ficou evidente também no estado do Tocantins.

A título de ilustração, entre 2010 e 2017, a área plantada de soja no Tocantins aumentou 238%, passando de cerca de 352 mil hectares para mais de 842 mil hectares. A produção expandiu-se 243%, passando de 144 mil toneladas para 2.410 mil toneladas, com produtividade média em torno de 2,9 toneladas por hectare, em 2017. A expansão da lavoura foi incorporando cada vez mais municípios, criando uma nova hierarquia na produção tocantinense (FEITOSA, 2019, p. 166).

FIETO (2018) destaca essa expansão em 3 regiões:

[...] a partir de 2010, três regiões se fortaleceram como produtoras de grãos, sendo elas a região nordeste e leste do estado (Campos Lindos, Pedro Afonso e Mateiros), oeste do Estado, entre a fronteira com Mato Grosso e a BR-153 (Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia) e a região central do Estado (Porto Nacional, Silvanópolis, Dianópolis e Santa Rosa do Tocantins) (LIMA, 2014 apud FIETO, 2018, p. 80).

Devido a todo o processo de desenvolvimento das cadeias produtivas do cerrado brasileiro, fez-se necessário por parte do governo brasileiro reconhecer a região de expansão do agronegócio, que hoje é conhecida como MATOPIBA<sup>19</sup>; finalizar a ferrovia norte-sul e aprovar a lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, que permitiu os portos brasileiros a receberem investimentos estrangeiros, fato este que trouxe mais eficiência aos portos brasileiros (BRASIL, 2013).

Já a nível estadual, o governo do estado do Tocantins criou o Plano Estadual de Logística de Transportes de Cargas (PELT)<sup>20</sup> que serviria para melhor planejar as ações logísticas da cadeia produtiva de soja, em conjunto, todas essas ações foram de fundamental importância para que o estado do Tocantins continuasse a aumentar as suas exportações para o mercado internacional ao longo dos anos de 2011 a 2020.

#### **4.2 Exportação de soja do estado do Tocantins (2011-2017)**

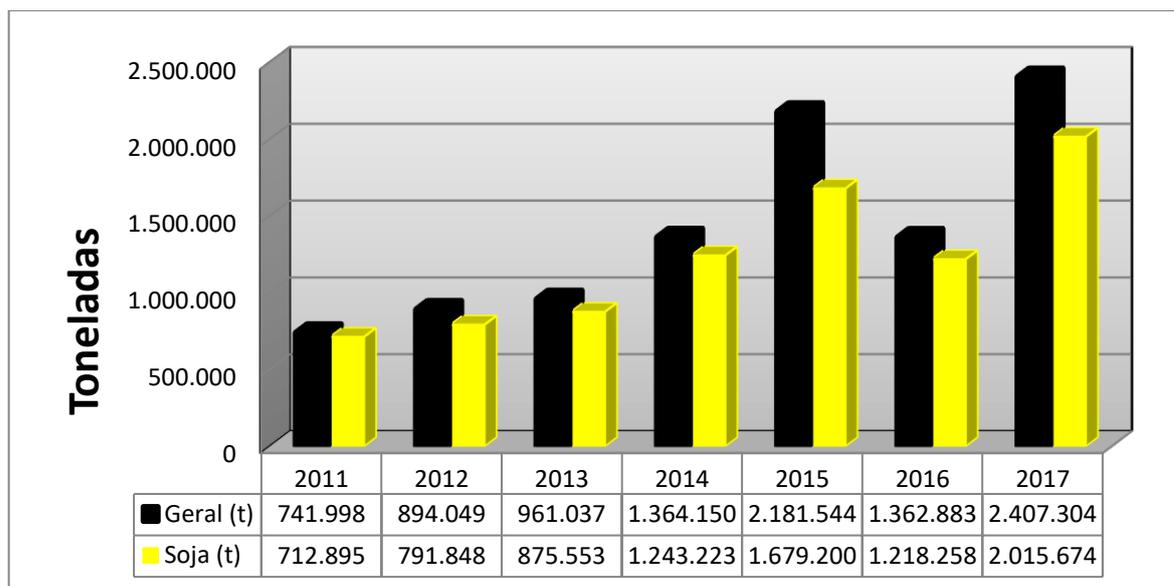
O período de 2011 a 2017 representa o reflexo de todas as ações que vinham sendo implementadas por parte dos agricultores, governo federal e estadual para promover o aumento da produção no campo. Como o estado do Tocantins dedica boa parte do seu território para o plantio de soja e grande parte dessa soja produzida tem como destino a exportação, fica evidente, conforme pode-se verificar no Gráfico 3, que a partir de 2011 o volume de exportações de soja manteve-se sempre acima do patamar de 700 mil toneladas, havendo um gradativo aumento, com exceção do ano de 2016, em que houve uma queda nas exportações em relação ao ano de 2015, mas que voltou a subir novamente no ano de 2017, conforme podemos observar no gráfico a seguir:

---

<sup>19</sup> A região MATOPIBA foi definida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2015, através da Portaria nº244. Ela é formada por 4 Estados, Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e abrange 377 municípios, totalizando uma extensão de 73 milhões de hectares (BRASIL, 2015). (FIETO, 2018. Pág. 65).

<sup>20</sup> Realizado em parceria com o Banco Mundial (Bird), dentro do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), o Plano tem investimento previsto em R\$ 3,9 milhões, para contratação de empresa especializada na elaboração de Projeto de Logística, que terá o prazo de execução estimado em um ano, a partir da publicação da Ordem de Serviços. (TOCANTINS, 2014)

Gráfico 3 - Exportações do estado do Tocantins de 2011 a 2017



Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).<sup>21</sup>

Ao analisar o Gráfico 3, observa-se que a soja continua a elevar as exportações do estado, representando altos índices de representatividade conforme aponta a Tabela 10.

Tabela 10 - Representatividade da Soja no Montante Total das Exportações Tocantinenses  
2011 - 2017

Ano	Exportações Gerais (t)	Exportações de Soja (t)	Participação da Soja nas Exportações Gerais (%)
<b>2011</b>	741.998	712.895	96,07
<b>2012</b>	894.049	791.848	88,56
<b>2013</b>	961.037	875.553	91,10
<b>2014</b>	1.364.150	1.243.223	91,13
<b>2015</b>	2.181.544	1.679.200	76,97
<b>2016</b>	1.362.883	1.218.258	89,38
<b>2017</b>	2.407.304	2.015.674	83,73

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

<sup>21</sup> As informações do Gráfico 3 conta com a soma dos seguintes códigos SH4: (1201, 2304, 1507)

Ao comparar a Tabela 10 com a Tabela 5, observa-se que, mesmo a soja sendo o produto mais exportado pelo estado, houve uma pequena diminuição do percentual de representação da soja no montante total das exportações do estado.

Apesar de estar diminuindo o percentual de participação da soja no montante total dos produtos exportados pelo estado, não diminuiu a quantidade exportada pelos municípios, pelo contrário, aumentou, conforme aponta a Tabela 11.

Tabela 11 - Exportações de soja do estado do Tocantins por municípios entre os anos de 2011 - 2017

Municípios	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	Valor FOB (US\$)	Toneladas												
<b>Porto Nacional</b>	46.922.547	91.410	58.273.210	101.313	42.907.763	81.700	26.705.798	51.043	63.017.544	168.162	81.381.782	223.623	161.525.726	435.334
<b>Palmas</b>	8.449.877	16.178	44.736.555	82.934	58.880.922	106.712	49.029.676	97.177	52.612.730	130.761	28.124.086	78.153	143.504.856	383.634
<b>Pedro Afonso</b>	48.337.988	101.131	40.330.970	73.770	30.275.346	56.611	155.148.065	323.091	129.715.246	331.535	135.440.871	334.533	114.251.468	308.316
<b>Campos Lindos</b>	147.878.265	298.024	169.896.676	298.799	140.822.393	260.713	192.507.753	389.639	111.611.008	285.388	62.983.067	172.559	98.884.422	258.440
<b>Guaraí</b>	68.212.300	131.293	61.964.496	112.271	105.624.571	198.048	149.747.692	293.330	120.232.279	314.576	39.818.949	111.924	91.796.249	246.902
<b>Cariri do Tocantins</b>	0	0	0	0	17.574.563	32.661	76.254.913	150.528	108.908.159	283.947	82.042.664	216.442	43.195.349	115.356
<b>Gurupi</b>	32.179.630	63.500	25.957.556	46.367	10.885.749	20.400	13.861.611	26.320	7.158.001	18.801	34.916.296	97.702	41.800.734	108.362
<b>Silvanópolis</b>	0	0	0	0	24.270.321	45.893	66.726.492	132.127	70.680.727	185.605	29.284.510	80.963	34.243.610	89.549
<b>Figueirópolis</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24.014.289	64.247
<b>Santa Rosa do Tocantins</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	76.351	213	16.630.905	43.581

<b>Fortaleza do Tabocão</b>	0	0	15.696.893	25.661	0	0	0	0	0	0	14.905.403	38.475	13.562.584	35.293
<b>Araguacema</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	540.370	1.548	6.710.653	18.080
<b>Alvorada</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.814.745	12.520	1.814.552	4.989
<b>Palmeirante</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	945.517	2.448
<b>Mateiros</b>	0	0	0	0	0	0	109.221	231	7.999.549	19.296	372.671	977	0	0
<b>Lagoa da Confusão</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	1.836.000	5.039	0	0	0	0
<b>Presidente Kennedy</b>	21.414.817	53.803	35.685.289	67.087	42.739.179	82.432	502.344	1.052	0	0	0	0	0	0
<b>Tupirama</b>	0	0	1.101.629	2.060	18.727	37	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).<sup>22</sup>

<sup>22</sup> As informações referentes à cidade de: Porto Nacional contabiliza a soma dos seguintes códigos SH4 (1201, 2304,)

As informações referentes à cidade de: Pedro Afonso contabiliza a soma dos seguintes códigos SH4 (1201, 2304, 1507)

As informações referentes à cidade de: Lagoa da Confusão refere-se ao código SH4: 2304 (Tortas e outros resíduos sólidos da extração de soja)

Isso ocorre, devido ao fato de o estado produzir e exportar mais soja, ao mesmo tempo, em que está diversificando a sua produção com outros produtos, tais como o milho e a carne, fato este, que justifica a diminuição do percentual da participação da soja nas exportações do estado.

Seguindo essa mesma lógica, percebe-se também que ao aumentar o número de municípios produtores, diminuiu a participação daqueles municípios que apresentavam o maior percentual nas tabelas 3 e 7, conforme aponta a Tabela 12.

Tabela 12 - Participação dos municípios tocantinenses no montante total das exportações de soja do Estado do Tocantins 2011 – 2017

<b>Municípios</b>	<b>Total exportado pelo Município (t)</b>	<b>Participação do Município nas exportações de soja do estado (%)</b>
<b>Porto Nacional</b>	1.152.584	12,60
<b>Palmas</b>	895.549	9,79
<b>Pedro Afonso</b>	1.528.986	16,72
<b>Campos Lindos</b>	1.963.563	21,47
<b>Guaraí</b>	1.408.345	15,40
<b>Cariri do Tocantins</b>	798.933	8,73
<b>Gurupi</b>	381.462	4,17
<b>Silvanópolis</b>	534.137	5,84
<b>Figueirópolis</b>	64.247	0,70
<b>Santa Rosa do Tocantins</b>	43.795	0,47
<b>Fortaleza do Tabocão</b>	99.429	1,08
<b>Araguacema</b>	19.628	0,21
<b>Alvorada</b>	17.509	0,19
<b>Palmeirante</b>	2.448	0,026
<b>Mateiros</b>	20.504	0,22
<b>Lagoa da Confusão</b>	5.039	0,055
<b>Presidente Kennedy</b>	204.374	2,23
<b>Tupirama</b>	2.097	0,022

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

Ao sair desses municípios a soja foi escoada pelos seguintes portos.

Tabela 13 - Escoamento da produção de soja por portos entre os anos 2011 – 2017

<b>Porto de:</b>	<b>Total exportado pelo Porto (t)</b>	<b>Percentual da produção escoado (%)</b>
<b>São Luís</b>	7.116.721	83,36
<b>Salvador</b>	1.107.910	12,97
<b>Barcarena</b>	122.001	1,42
<b>Santos</b>	56.598	0,66
<b>Paranaguá</b>	721	0,008
<b>Ilhéus</b>	599	0,007
<b>Vitória</b>	132.073	1,54

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

Além dos portos citados na Tabela 13, também houve exportação por via rodoviária em 2017, pelo qual saiu 24 toneladas de soja pela cidade de Pacaraima (RR) com destino a Venezuela. (COMEX, 2021)

Ao analisar a Tabela 13, percebe-se que diminuiu a participação do porto de São Luís (MA) em relação aos períodos analisados anteriormente, aumentando a participação dos portos dos estados da Bahia, Pará, São Paulo, Paraná e Espírito Santo.

Os países de destino dessa soja, a quantidade em toneladas e o valor que cada país comprou do estado do Tocantins estão representados de forma detalhada na Tabela 14.

Tabela 14 - Destino das Exportações de Soja do Estado do Tocantins nos anos de 2011 - 2017

Países	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	Valor FOB (US\$)	Toneladas												
<b>China</b>	107.022.984	218.630	126.131.715	227.865	198.940.107	371.187	282.932.836	558.060	345.901.650	890.953	225.206.480	617.190	545.732.802	1.450.727
<b>Espanha</b>	188.339.969	363.112	102.220.418	184.067	164.959.024	308.399	107.202.784	211.588	106.618.933	278.049	51.329.466	140.393	72.268.447	193.947
<b>Holanda</b>	42.239.223	101.824	28.753.502	53.893	12.813.979	23.376	97.262.553	191.128	63.929.400	172.405	89.620.734	238.536	25.803.484	69.968
<b>Tailândia</b>	0	0	27.846.835	44.826	10.043.492	18.739	74.299.484	153.031	10.783.193	28.033	3.315.288	8.083	21.133.930	56.113
<b>Portugal</b>	1.174.541	2.300	13.343.248	22.468	0	0	6.859.164	12.713	0	0	20.000.068	54.499	16.013.171	44.318
<b>Irã</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.372.102	6.600	15.705.393	42.430
<b>Arábia Saudita</b>	1.644.028	3.482	18.325.807	33.821	17.318.935	32.029	4.377.173	8.900	33.809.690	85.558	0	0	13.025.804	35.030
<b>Paquistão</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.817.930	34.269
<b>Taiwan (Formosa)</b>	0	0	7.737.399	11.037	345.122	579	2.526.641	4.963	407.700	1.027	3.103.580	8.374	12.705.617	32.753
<b>Japão</b>	894.064	1.766	3.008.810	5.048	11.497.429	22.351	3.737.712	7.733	9.270.814	23.947	5.890.935	14.532	9.850.472	26.137
<b>Itália</b>	0	0	2.459.776	4.600	0	0	0	0	527.078	1.401	0	0	5.503.281	14.999
<b>Reino Unido</b>	0	0	0	0	0	0	6.801.136	13.444	6.791.037	17.529	178.033	424	3.384.955	8.833
<b>Tunísia</b>	0	0	2.011.275	3.670	0	0	0	0	2.143.227	5.400	0	0	972.621	2.550
<b>México</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.925.000	5.000	971.867	2.688

<b>Coreia do Sul</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	6.571.605	16.524	0	0	229.830	687
<b>Vietnã</b>	0	0	55.071.368	102.287	24.621.051	45.464	0	0	0	0	0	0	77.504	200
<b>Venezuela</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33.782	24
<b>França</b>	0	0	21.493.275	32.781	0	0	0	0	25.388.445	65.637	32.234.755	89.272	0	0
<b>Alemanha</b>	6.801.275	13.191	35.862.358	65.485	18.495.949	35.336	39.840.979	79.877	28.855.887	75.704	12.624.871	35.355	0	0
<b>Egito</b>	0	0	0	0	0	0	822.644	1.514	4.258.788	10.877	0	0	0	0
<b>Ilhas Turcas e Caicos</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	2.374.893	6.157	0	0	0	0
<b>Finlândia</b>	0	0	0	0	455.536	938	134.994	271	0	0	0	0	0	0
<b>Estados Unidos</b>	0	0	0	0	9.157.166	17.156	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Bélgica</b>	2.826.942	7.289	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Turquia</b>	665.184	1.300	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

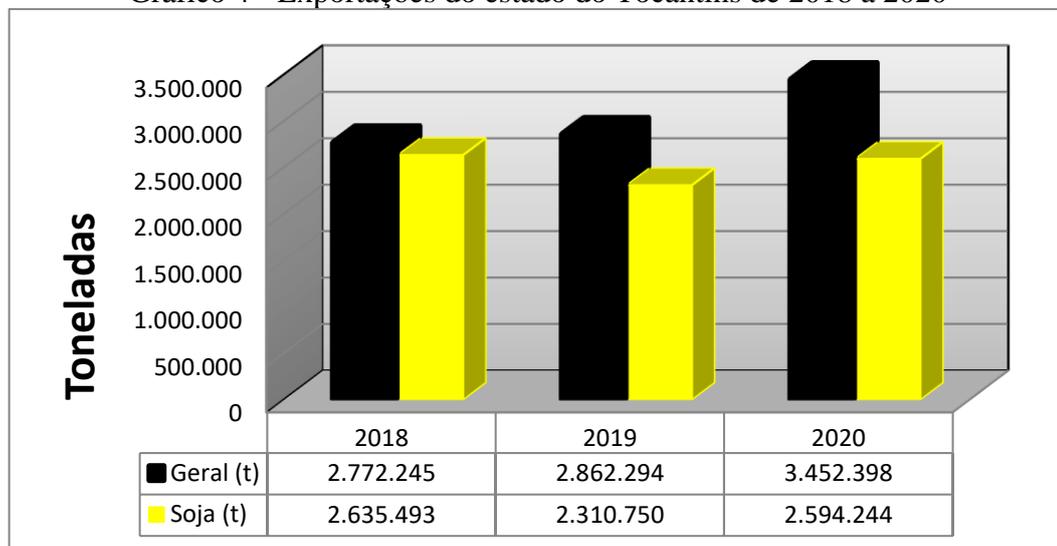
Ao analisar a Tabela 14, observa-se que os principais importadores da soja tocaninense no período analisado foram: China, Espanha, Holanda, Tailândia e Portugal. Destacando-se o aumento gradativo das exportações para China, que passou a ser a principal importadora da soja tocaninense no período analisado.

O motivo da queda das exportações no ano de 2016, segundo o site Agência Brasil, esteve relacionado à queda do valor das *commodities* no mercado internacional, o que fez com que os importadores tradicionais da soja brasileira tivessem mais opções de mercados, com preços mais competitivos no mercado internacional, e isso fez com que diminuísse a compra das *commodities* brasileiras (AGÊNCIA BRASIL, 2016). Ao observar a tabela 14, fica evidente que países como a China, Espanha, Tailândia, Japão, Reino Unido e Alemanha, importaram do estado do Tocantins uma quantidade menor do que em relação ao ano de 2015, e países como Arábia Saudita, Itália, Tunísia e Coreia do Sul, foram países que haviam importado a soja tocaninense no ano de 2015, não importaram em 2016, mas retornaram a importar no ano de 2017.

#### **4.3 Exportação de soja do estado do Tocantins (2018-2020)**

A partir do ano de 2017, acontece um novo patamar nas exportações de soja do estado do Tocantins, pois foi quando o estado passou a exportar quantidade superior a dois milhões de toneladas, e atingiu seu pico recorde no ano de 2018, conforme aponta o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Exportações do estado do Tocantins de 2018 a 2020



Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).<sup>23</sup>

Apesar da alta nas exportações de soja, a representatividade da soja diminuiu a partir de 2018, conforme aponta a Tabela 15.

Tabela 15 - Representatividade da Soja no Montante Total das Exportações Tocantinenses 2018 – 2020

Ano	Exportações Gerais em (t)	Exportações de Soja (t)	Participação da Soja no montante Geral (%)
<b>2018</b>	2.772.245	2.635.493	95,06
<b>2019</b>	2.862.294	2.310.750	80,73
<b>2020</b>	3.452.398	2.594.244	75,14

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

Ao analisar a Tabela 15, é possível identificar uma queda no percentual de representação da soja no montante das exportações do estado no ano de 2019 e 2020, este fato ocorreu devido do aumento das exportações de outros produtos da pauta tocantinense, produtos tais como, o milho e as carnes, que passaram a receber forte demanda internacional a partir do ano de 2018, juntamente com o fato de o ano de 2018 ser o ano em que se

<sup>23</sup> Cabe ressaltar que os dados referentes ao período de 2018 a 2020 são provisórios, podendo ocorrer atualizações por parte do MDIC.

intensificou os embates econômicos entre China e Estados Unidos e por conta disto a China importou uma quantia maior do estado.

As informações de exportação referentes aos municípios estão detalhadas nas Tabelas 16 e 17.

Tabela16 - Exportações de soja do estado do Tocantins por municípios 2018 – 2020

Municípios	2018		2019		2020	
	Valor FOB (US\$)	Toneladas	Valor FOB (US\$)	Toneladas	Valor FOB (US\$)	Toneladas
<b>Porto Nacional</b>	78.779.171	208.389	125.360.143	355.962	139.065.334	411.582
<b>Palmas</b>	133.984.788	337.777	267.259.598	768.358	265.682.639	781.260
<b>Guaraí</b>	86.062.637	222.059	102.757.442	298.983	123.695.121	364.765
<b>Gurupi</b>	19.815.334	50.408	54.718.468	152.074	86.515.964	249.061
<b>Campos Lindos</b>	43.117.309	109.580	66.581.196	190.030	71.150.282	207.006
<b>Cariri do Tocantins</b>	31.323.364	79.646	38.800.690	111.464	46.617.009	411.582
<b>Figueirópolis</b>	46.962.174	122.516	34.396.084	99.078	41.286.251	120.826
<b>Santa Rosa do Tocantins</b>	0	0	24.113.889	69.933	34.152.079	90.151
<b>Silvanópolis</b>	27.246.274	72.175	32.589.353	96.128	32.324.977	94.479
<b>Palmeirante</b>	0	0	17.738.230	50.496	18.320.020	54.527
<b>Tupirama</b>	2.826.637	7.182	5.726.323	16.106	17.121.121	50.538
<b>Araguaína</b>	0	0	10.674.004	32.244	2.945.717	10.552
<b>Pedro Afonso</b>	99.177.488	254.589	36.789.123	105.717	41.286.251	120.826
<b>Araguacema</b>	2.508.841	6.692	688.754	1.783	0	0
<b>São Valério da Natividade</b>	1.556.041	4.106	16.872	49	0	0

<b>Fortaleza do Tabocão</b>	681.532	1.731	0	0	0	0
-----------------------------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

Tabela 17 - Participação dos municípios tocaninenses no montante total das exportações de soja do Estado do Tocantins 2018 – 2020

<b>Municípios</b>	<b>Total exportado pelo Município (t)</b>	<b>Participação nas exportações de soja do estado (%)</b>
<b>Palmas</b>	1.887.394	29,70
<b>Porto Nacional</b>	975.934	15,35
<b>Guaraí</b>	885.807	13,94
<b>Gurupi</b>	451.542	7,10
<b>Campos Lindos</b>	506.615	7,97
<b>Cariri do Tocantins</b>	327.701	5,15
<b>Figueirópolis</b>	342.420	5,38
<b>Santa Rosa do Tocantins</b>	160.084	2,51
<b>Silvanópolis</b>	262.783	4,13
<b>Palmeirante</b>	105.024	1,65
<b>Tupirama</b>	73.827	1,16
<b>Araguaína</b>	42.796	0,67
<b>Pedro Afonso</b>	316.217	4,97
<b>Araguacema</b>	8.476	0,13
<b>São Valério da Natividade</b>	4.156	0,06
<b>Fortaleza do Tabocão</b>	1.731	0,02

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

Ao analisar as tabelas 16 e 17, verifica-se o aumento do número de municípios exportadores e diminuição da concentração da produção, que inicialmente estava centrada nos municípios de Campos Lindos e Pedro Afonso.

Ao sair dos municípios listados na Tabela 16, a soja seguiu por meio rodoviário até chegar aos portos descritos na Tabela 18.

Tabela 18 - escoamento da produção de soja por portos 2018 – 2020

Porto de:	Total exportado pelo Porto (t)	Percentual da produção escoado (%)
<b>São Luís</b>	6.814.221	91,33
<b>Salvador</b>	354.293	4,74
<b>Barcarena</b>	1.023	0,01
<b>Santos</b>	21.739	0,29
<b>Paranaguá</b>	193.966	2,59
<b>Belém</b>	66.120	0,88
<b>Vitória</b>	8.950	0,11

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

Além dos portos citados, a soja tocantinense também foi escoada em pequena quantia por via aérea, através dos seguintes aeroportos: Aeroporto Internacional de Viracopos (448 kg), Aeroporto Internacional de São Paulo (98 kg) e Aeroporto Internacional de Brasília (1 kg), quantia que se mostra insignificante em relação ao uso marítimo. Conforme já apontado nos períodos anteriores, o porto de São Luís continuou sendo o principal porto de escoamento da soja tocantinense, seguido do porto de Salvador. (COMEX. 2021)

Ao sair dos portos citados na Tabela 18, a soja seguiu em direção aos seguintes países.

Tabela 19 - Destino das Exportações de Soja do Estado do Tocantins 2018 – 2020

Países	2018		2019		2020	
	Valor FOB (US\$)	Toneladas	Valor FOB (US\$)	Toneladas	Valor FOB (US\$)	Toneladas
<b>China</b>	804.801.415	2.040.446	591.763.567	1.691.598	584.045.400	1.706.796
<b>Espanha</b>	59.456.278	152.632	57.052.429	165.598	59.808.044	178.718
<b>Turquia</b>	24.267.757	60.622	3.255.434	9.656	38.322.219	111.189
<b>Tailândia</b>	32.758.414	83.925	34.789.740	98.898	38.321.588	112.538
<b>Holanda</b>	3.012.158	8.680	10.048.119	29.915	29.772.608	85.880
<b>Bangladesh</b>	0	0	0	0	26.062.805	76.777
<b>Irã</b>	28.736	72	5.341.299	14.713	20.451.439	58.511
<b>Japão</b>	25.465.431	65.956	10.802.811	32.010	19.172.184	57.604
<b>Portugal</b>	17.747.093	46.627	14.389.149	40.969	13.545.136	40.332
<b>Vietnã</b>	0	0	18.020.744	51.630	12.445.475	36.452
<b>Taiwan</b>	0	0	2.120.283	6.223	10.530.563	31.788
<b>Paquistão</b>	0	0	1.707.047	4.920	10.031.360	28.586
<b>Reino Unido</b>	2.039.350	5.000	9.254.832	26.843	5.029.362	15.819
<b>França</b>	9.735.612	25.131	4.385.216	12.496	4.176.946	12.611
<b>Itália</b>	0	0	0	0	3.937.736	12.188
<b>Arábia Saudita</b>	24.081.370	61.744	15.208.704	43.546	3.359.030	9.696
<b>Coreia do Sul</b>	5.584.204	13.490	15.906.581	43.765	2.800.547	8.901
<b>Dinamarca</b>	0	0	0	0	1.470.356	4.692
<b>Polônia</b>	0	0	703.980	1.748	1.400.402	4.471
<b>Eslovênia</b>	0	0	0	0	213.649	692
<b>Argentina</b>	0	0	0	0	215	0,26
<b>Gana</b>	0	0	0	0	47	0,15
<b>Romênia</b>	7.375.564	17.951	4.649.439	11.923	0	0
<b>Itália</b>	0	0	3.688.121	8.890	0	0
<b>Israel</b>	0	0	2.479.537	7.296	0	0
<b>Alemanha</b>	14.100.847	38.160	1.394.138	3.992	0	0
<b>Ilhas Virgens</b>	0	0	1.253.522	3.500	0	0

<b>Britânicas</b>						
<b>Eslováquia</b>	0	0	218.266	620	0	0
<b>Estados Unidos</b>	79	0,099	24	0,03	0	0
<b>Vietnã</b>	3.185.470	7.742	0	0	0	0
<b>Filipinas</b>	2.142.631	5.207	0	0	0	0
<b>Ilhas Cayman</b>	825.074	1.981	0	0	0	0
<b>Tunísia</b>	34.178	90	0	0	0	0
<b>Índia</b>	26.187	35	0	0	0	0

Fonte: Dados COMEXSTAT, adaptado pelo autor (2021).

Ao analisar a Tabela 19, fica evidente o aumento no número de países importadores da soja tocaninense ao longo do período analisado. Este fato ocorreu devido a pandemia global de Covid-19, que atingiu o mundo em 2020 e alterou a dinâmica econômica global, fazendo com que a moeda brasileira se desvalorizasse em relação ao dólar, fato este, que tornou os produtos brasileiros mais acessíveis aos consumidores internacionais, que passaram a importar em grande quantidade a soja brasileira e tocaninense.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, que o estado do Tocantins foi criado em um cenário em que a agricultura nacional buscava meios para expandir a sua produção, que tinha como obstáculo os altos preços cobrados nas terras da região sul do Brasil. Graça aos avanços alcançados na área da pesquisa, o estado do Tocantins pode-se tornar um estado apto ao plantio de soja. O plano de desenvolvimento da agricultura brasileira, através do Cerrado, trouxe diversas vantagens estruturais para que o estado do Tocantins pudesse integrar-se rapidamente à lógica de produção agrícola nacional voltada à exportação.

A infraestrutura necessária para produzir e escoar os produtos agrícolas da região do Cerrado é fruto das seguintes políticas públicas: POLOAMAZONIA, POLOCENTRO, Prodecer, Pronaf, Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Brasil em Ação, Avanço Brasil, Plano Safra, dentre outros programas, leis e decretos.

O Plano Safra cumpriu e cumpre a importante função de financiar as safras da agricultura brasileira desde a sua criação em 2003, contribuindo com estado do Tocantins para a diminuição da dependência do produtor em relação as *tradings* instaladas no estado.

A Lei Kandir, contribuiu de forma positiva para que o estado do Tocantins pudesse se consolidar como um grande estado exportador de soja em grãos, de forma contrária, causou uma espécie de “efeito colateral” para o desenvolvimento das indústrias de processamento devido a grande maioria da soja ser exportada e não direcionadas as indústrias de processamento.

Destaca-se, por parte do estado do Tocantins, a criação do Plano Estadual de Logística e Transportes de Cargas (PELT), cujo objetivo seria melhorar o escoamento da produção do eixo-norte.

No primeiro período analisado, referente aos anos de 1988 a 2003, observou-se que a lógica de produção da soja seguia a seguinte rota: grande parte da soja era produzida nos municípios de Campos Lindos, Pedro Afonso e Fortaleza do Tabocão, e a partir desses municípios, seguiu por via terrestre através do uso das rodovias criadas por parte do governo federal até o porto de São Luís no Maranhão, de lá a soja seguiu rumo à China, Espanha, França e Bélgica, e em menores quantias para outros países.

Em relação ao período de 2004 a 2010, no âmbito internacional, observou-se uma alta demanda por soja gerada pela China e pelos países Europeus, no âmbito político observou-se a forte relação entre o agronegócio e o estado, durante o governo do presidente Lula, que buscou diversas vezes defender os interesses do agronegócio na arena internacional. Em

relação à dinâmica da produção de soja no estado, observou-se o aumento do número de municípios produtores de soja, destacando-se Campos Lindos, Pedro Afonso, Guaraí e Porto Nacional. Ao sair dessas cidades, a soja, em sua maioria (97,96%) foi escoada via porto de São Luís (MA), sendo a menor parte escoada pelos portos de Vitória (ES), Salvador (BA) e Paranaguá (PR), tendo como principal destino a Espanha, a China, a Holanda, Portugal e Alemanha.

O período de 2011 a 2017 foi o período em que o estado do Tocantins exportou a maior quantia de soja dentre os períodos analisados e isso só foi possível devido ao fato de o estado estar bem estruturado, e por ter aderido à cultura de produzir soja para a exportação. Nesse período, houve aumento no número de municípios produtores de soja, passando de 10 no período 2004 – 2010 para 18 no período de 2011 - 2017. Os principais municípios produtores foram Porto Nacional, Palmas, Pedro Afonso, Guaraí e Cariri do Tocantins. Ao sair desses municípios, a soja foi escoada, em sua maior parte, pelo porto de São Luís, porém teve aumento no uso do porto de Salvador em relação aos períodos anteriores. Também foram utilizados os portos de Barcarena (PA), Santos (SP), Paranaguá (PR), Ilhéus (BA) e Vitória (ES), sendo que de lá a soja teve como principal destino a China, Espanha, Holanda, Tailândia e Portugal, sendo exportada em menor quantia para outros países.

Em 2018, o estado bateu seu recorde de exportação de soja, atingindo a quantia de 2.635.493 toneladas, sendo que nos dois anos seguintes manteve-se acima do patamar de dois milhões de toneladas, um importante marco para as exportações do estado.

No período de 2018 a 2020, observou-se o aumento do número de municípios exportadores de soja, a diminuição da representatividade da soja no montante total das exportações do estado e a continuidade do uso do porto de São Luís como principal via de escoamento das exportações de soja do estado do Tocantins.

Segundo os dados do MDIC e do IBGE, de tudo que o estado exportou até o ano de 2020 a soja representou a quantia de 86,79% das exportações, sendo ela o principal produto da pauta de exportação tocantinense. Por fim, conclui-se que os principais países de destino das exportações de soja tocantinense até o ano de 2020 foram: China (54,44%), Espanha (18%), Holanda (5,72%), Portugal (4,05%), Tailândia (3,24%), Alemanha (2,12%) e França (1,02%). Havendo exportações em menores quantias para outros países que representaram o total de 11,36% das exportações da soja tocantinense.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Balança: queda de importações e commodities contribuiu para saldo recorde.** 01 ago. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-08/saldo-recorde-da-balanca-deve-se-queda-de-importacoes-e-commodities>. Acesso em 05 de março de 2021.

BADO, Álvaro Labrada. Das vantagens comparativas à construção das vantagens competitivas: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, vol.3(5), jul.2004. Disponível em: [http://www.fAAP.br/revista\\_faap/rel\\_internacionais/pdf/economia\\_05.pdf](http://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/economia_05.pdf). Acesso em: 14 Jun. 2021

BAGLI, Priscilla. **O que é DIT.** Divisão Internacional do Trabalho. Minuto Geografia. Vídeo YouTube. 17 Mai. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ny9NK6cgb8w>. Acesso em: 05 Mai. 2021

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira.** Editora Elsevier. 1. ed. Rio de Janeiro, 2015

BNDES. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. **O BNDES bate recorde histórico em desembolsos, com aumento de 45%.** 16 Nov. 2004. Disponível em: [https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20041117\\_not923](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20041117_not923). Acesso em: 09 de Jul. de 2020

BRASIL. **Decreto nº 4.524**, de 17 de Dezembro de 2002. Regulamenta a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins devidas pelas pessoas jurídicas em geral. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4524.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4524.htm). Acesso em: 04 Mai. 2021

BRASIL. **Lei nº 12.815**, de 05 de Junho de 2013. Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/12815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12815.htm). Acesso em: 05 Mai. 2021

BUENO, Sinara. **O que são produtos básicos.** FazComex. 13 de Jan. 2021. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/o-que-sao-produtos-basicos/>. Acesso em: 03 Mar. 2021

CERQUEIRA, Eder da Silva. Agronegócio x desenvolvimento: espaços estratégicos do agronegócio no estado do Tocantins e o índice de desenvolvimento humano. **Revista Produção Acadêmica.** Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários-NURBA. v, 2, n, 1, Junho, 2016, p. 05-32. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/267892709.pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2021

COMEX STAT. **Exportações e importações geral.** Maio de 2021. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 20 Mai. 2021

DIÁRIO DO COMÉRCIO. **País atinge posição de destaque no mercado internacional.** 02 Jun. 2021. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/agronegocio/pais-atinge-posicoes-de-destaque-no-mercado-internacional/>. Acesso em: 15 Jun. 2021

DIAS, Guilherme Leite da Silva. AMARAL, Cicely Moitinho. **Mudanças estruturais na agricultura brasileira:** 1980-1998. Série desarrollo productivo. Red de Desarrollo Agropecuario. CEPAL-ECLAC. Santiago de Chile, Enero de 2001. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4479/1/S01010084\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4479/1/S01010084_es.pdf). Acesso em: 15 Jun. 2021

FEITOSA, Cid Olival. Panorama das atividades de exportação do Tocantins: soja e carne. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71. Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 154-174, Abril. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p154>. Acesso em: 15 Jun. 2021

FIETO. Federação das Indústrias do Estado do Tocantins. **Soja e milho:** plano estratégico para as cadeias produtivas do agronegócio no Estado do Tocantins: 2018 – 2027. José Roberto Fernandes, Marcos Fava Neves (Coordenadores). – Palmas, TO : Sistema FIETO, 2018. Disponível em: <http://www.fieto.com.br/DownloadArquivo.aspx?c=98d75c9c-c95a-4e57-8b51-8b12c12f7e59>. Acesso em: 20 Jun. 2021

GUITARRARA, Paloma. A mundialização da fronteira agrícola no contexto da mundialização da agricultura brasileira: análise da influência chinesa na região do MATOPIBA. In: **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária.** GT 8- Reestruturação produtiva e processos migratórios no campo. 2017

HARAKURI, Marcelo Hiroshi. LAZZAROTTO, Joelsio José. **O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro.** Londrina: Embrapa Soja, 2014. 70p. : il. – (Documentos / Embrapa Soja, ISSN 2176-2937; n. 349). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/990000/1/Oagronegociodasojanoscontosmundialebrasileiro.pdf>. Acesso em: 20 Jun. 2021

IBGE. INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil, 1994.** v. 54, Ano 1 (1908-1912), Rio de Janeiro, 1994.

IBGE. INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil 1997.** Anu. estat. Brasil, Rio de Janeiro, v. 57, p. 1-1 - 1-209, 1997

JANK, Marcos Sawaya; NASSAR, André Meloni; TACHINARDI, Maria Helena. Agronegócio e comércio exterior brasileiro. Dossiê Brasil Rural. **Revista USP**, São Paulo, n.64, p. 14-27, dezembro/fevereiro 2004-2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13387/15205>. Acesso em: 15 Jun. 2021

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. Impactos da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política.** vol. 35, n. 1 (138), pp. 28-42, janeiro-março/2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/DxWvvnvThGXqwWN8FBkgVXqK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 Jun. 2021

MELLO, Diego Henrique Gomes de. **Mercado da soja no Brasil: cenário e perspectivas.** Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade de Brasília. Brasília-Df, 2019. Disponível em:

[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38271/1/2019\\_DiegoHenriqueGomesdeMelo.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38271/1/2019_DiegoHenriqueGomesdeMelo.pdf).

Acesso em: 15 Jun. 2021

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL-MDR. **PNDR I – Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/desenvolvimento-regional-e-urbano/acoes-e-programas-sndru/121-secretaria-nacional-de-programas-urbanos/6068-pndr-i-politica-nacional-de-desenvolvimento-regional>. Acesso em 05 de agosto de 2020

OLIVEIRA, Nilton Marques de. Transição do Norte de Goiás ao território do estado do Tocantins. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína (TO), Ano 07, n.12, abril/julho de 2018. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/4890/13013>. Acesso

em: 15 Jun. 2021

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. Ed. – Novo Hamburgo: Feevale. 2013

RAMOS, Ângelo Felipe Zuchetto; WEBER, Josnei Marchy. Nova divisão internacional do trabalho e terceirização: da centralidade da categoria trabalho à flexibilização dos direitos dos trabalhadores. **VIII Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional.** Universidade Federal Da Fronteira Sul – UFFS. 2017. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/repositorio-ccl/anais-viii-simposio-iberoamericano-de-cooperacao-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-regional/nova-divisao-internacional-do-trabalho-e-terceirizacao-da-centralidade-da-categoria-trabalho-a-flexibilizacao-dos-direitos-dos-trabalhadores>. Acesso em: 20 Mai. 2021

RIBEIRO, Júlia. **Agronegócio e indústria na política externa brasileira no governo Lula (2003 – 2010).** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/166175/001026479.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 Jun. 2021

RODRIGUES, Jean Carlos. Experiência, identidade e a criação do Tocantins. **Revista Formação Online**, n. 18, v. 1, p. 24-38, jan./jun., 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/827/1085>. Acesso em: 15 Jun. 2021

SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra; SAMPAIO, Yony; BERTRAND, Jean-pierre. Fatores determinantes da competitividade dos principais países exportadores do complexo soja no mercado internacional. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 14, n. 2, p. 227-242, 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/8296/fatores-determinantes-da-competitividade-dos-principais-paises-exportadores-do-complexo-soja-no-mercado-internacional>. Acesso em: 21 Jun. 2021

SEDIYAMA, Aline Fumie et al. Análise da Estrutura, Conduta e Desempenho da Indústria Processadora de Soja no Brasil no Período de 2003 a 2010. **RESR**, Piracicaba-SP, v, 51, n, 1, p. 161-182, Jan/Mar 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/9sWWCKwLHJyNSrchz53dmWk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2021

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev.-Campinas. SP: UNICAMP. IE, 1998

TEIXEIRA, Guilherme Augusto Souza. **TRADING COMPANIES**. Revista UNILUS Ensino e Pesquisa, v. 12, n. 28, jul./set. 2015

THÉRY, Hervé. **Situações da Amazônia no Brasil e no continente**. Estudos Avançados 19 (53), 2005